



EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Dificuldades de uma realidade necessária



José Barbosa de Sousa Junior





Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA



EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Dificuldades de uma realidade necessária

José Barbosa de Sousa Junior



Equipe Editorial

| | |
|-------------------------------|--------------------------------|
| Abas Rezaey | Izabel Ferreira de Miranda |
| Ana Maria Brandão | Leides Barroso Azevedo Moura |
| Fernado Ribeiro Bessa | Luiz Fernando Bessa |
| Filipe Lins dos Santos | Manuel Carlos Silva |
| Flor de María Sánchez Aguirre | Renísia Cristina Garcia Filice |
| Isabel Menacho Vargas | Rosana Boullosa |

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sousa Junior, José Barbosa de
Educação sexual na escola [livro eletrônico] :
dificuldades de uma realidade necessária / José
Barbosa de Sousa Junior. -- João Pessoa, PB :
Periodicojs, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-6010-052-7

1. Ambiente escolar 2. Educação sexual para
adolescentes 3. Família e escola I. Título.

23-186535

CDD-372.372

Índice para catálogo sistemático:

1. Educação sexual nas escolas 372.372

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Prefácio



A coleção de ebooks intitulada de Humanas em Perspectiva tem como propósito primordial a divulgação e publicação de trabalhos de qualidade nas áreas das ciências humanas que são avaliados no sistema duplo cego.

Foi pensando nisso que a coleção de ebooks destinou uma seção específica para dar ênfase e divulgação a trabalhos de professores, alunos, pesquisadores e estudiosos das áreas das ciências humanas. O objetivo dessa seção é unir o debate interdisciplinar com temas e debates específicos da área mencionada. Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área da ciências humanas.

Esse novo ebook produzido pelo pesquisador José Barbosa de Sousa Junior coloca em cena a necessidade de se refletir sobre as dificuldades na Educação Sexual no ambiente escolar, bem como a importância desse tema ganhar destaque no cenário educativo.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs

Sumário



INTRODUÇÃO

6

Capítulo 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

12

Capítulo 2

METODOLOGIA

36

Capítulo 3

RESULTADOS E DISCUSSÃO

41

Considerações Finais

63

Referências Bibliográficas

67

5

INTRODUÇÃO



A Educação Sexual é um tema que envolve aspectos de múltiplas ordens, desde a pessoal, religiosa e familiar até a profissional. Não se restringe só as questões anatômicas e fisiológicas, ela deve ser vista também em seu aspecto cultural da sexualidade, onde se faz necessário a compreensão da realidade em que estamos inseridos. É por meio do conhecimento que nos damos conta de que as questões relacionadas à sexualidade são tratadas de forma diferenciada, de acordo com o momento histórico em que vive (DINIZ; LUZ, 2007).

Este termo Educação Sexual é similar ao adotado pelo Ministério da Educação, como orientação sexual, que nas escolas está prevista nos Parâmetros dos Currículos Nacionais (PCN's), desde 1997, como um dos temas transversais, e que nos faz entender que independente de termos, passa a tratar e considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, desde o nascimento até a morte (BRASIL, 1997).

Esta educação engloba as relações de gênero, não proibição, mas educação, não indisciplina, mas controle, não impulso livre, mas responsabilidade, o respeito a si mesmo, ao próximo e a diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Ela contribui para a quebra de tabus e preconceitos ainda estampado fortemente no contexto socio-cultural na sociedade que vivemos. É uma temática que além de ser vinculada aos PCN's passa a se articular também com os vários componentes curriculares, devido ao crescente aumento da gravidez na adolescência, o risco de contaminação pelas Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) entre elas o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) entre os adolescentes, solidificando assim sua presença neste documento (BRASIL, 1998a).

Neste estudo, se destaca uma fase da vida humana complexa e dinâmica, que é a adolescência. Marcada por uma intensa mudança biopsicossocial e que é influenciada pela ação hormonal, a qual caracteriza a puberdade. Um período em que se percebe um turbilhão de transformações emocionais, que vão refletir diretamente no desenvolvimento da personalidade e conseqüentemente no seu modo de ser e agir na sociedade. É na luz desses acontecimentos que os adolescentes estabelecem novas relações interpessoais, expressões de sentimentos e atitudes, resultando na formação de sua

identidade inerente a si próprio. O adolescente ao buscar a sua identidade e autonomia vai geralmente se rebelando aos valores estabelecidos, aparecendo os primeiros conflitos com a família e a sociedade, que precisa acolhê-los cada vez mais e ser menos aversiva a esses comportamentos instáveis desses jovens e que não passa apenas de uma tempestade sazonal (OLIVEIRA et al., 2009).

Na adolescência, destaca-se também características relacionadas à sexualidade humana, que segundo os PCN's (1998), ela tem importância no desenvolvimento da vida afetiva, social e cultural das pessoas, independentemente de questões relacionadas não só à vida reprodutiva, mas sim, com a necessidade motivadora do prazer, que é algo inato e singular no ser humano. O sexo é algo que está ligado a questões biológicas, indissociadas das características anatômicas e fisiológicas, enquanto a sexualidade representa uma expressão holística e cultural do ser humano (BRASIL, 1998a).

Neste contexto, a escola necessita estar cada vez mais receptiva e engajada com os princípios da Educação Sexual, algo discutível, elaborado com mais tranquilidade, para que o ser humano possa relacionar-se melhor com ele próprio e com os outros. Atualmente o pensamento sugestivo de que para viver democraticamente em uma sociedade pluralista precisamos respeitar a cultura e os seus diferentes grupos em que está inserida (PEREIRA; BAHIA, 2011).

A escola deve ser um ambiente de vida justa e democrática na produção do conhecimento, do saber, da arte e da cultura. Cabe a mesma desenvolver ação crítica, reflexiva e educativa. Um local de aprendizagem, de debate, de argumentos e ao mesmo tempo democráticos e éticos, com regras claras, relacionadas à necessidade de discussão, em que se exercita a cidadania (MOSE, 2013).

Nestes termos, por vivermos em uma sociedade globalizada, na era das novas tecnologias, em meio às redes sociais, reafirmamos como dito no início deste discurso, ser bastante necessário a presença de um tipo de educação emancipatória, crítica e reflexiva que trate o ser humano com respeito e dignidade, como afirma Bonfim (2012, p. 16):

A educação afetiva sexual emancipatória se dá por meio do diálogo, da reflexão histórica, do autoconhecimento, da ética, da unificação do instinto, do sentimento, do erotismo, do pensamento e da ação. Amíúde, precisamos abrir

espaços de diálogo com os adolescentes e jovens, aos pais, aos professores, a todas as gerações para que possam juntas rememorar, reviver, trocar experiências, rever conceitos, quebrar preconceitos, criar novos conceitos, pensar as entrelinhas dos discursos, estabelecer a vivência de uma sexualidade baseada na humanização, na afetividade e no prazer (BONFIM, 2012, p.16).

De acordo com esses aspectos mencionados relacionados à Educação Sexual, este estudo se propõe em promover reflexões numa perspectiva de encorajamento e reorganização do saber. E mais ainda suas implicações de acordo com a realidade em que estão inseridos seus principais protagonistas, o corpo docente e discente, numa instituição escolar a luz da Educação Sexual que se intensificou de acordo com o ministério da educação a partir de 1997 por meio dos PCN's como tema transversal que norteiam a prática pedagógica e sua relação com as diversas áreas do conhecimento escolar (PAIVA; ARANHA; BASTOS, 2008).

JUSTIFICATIVA

Hoje, todos têm claro que o entendimento biológico, apesar de importante, é insuficiente para a compreensão total do indivíduo. E, com isso, a leitura dos aspectos emocionais, sócio-culturais, históricos, entre outros, tornam-se fundamentais quando pensamos em trabalhar educação e sexualidade.

O tema “sexualidade” ainda tem sido visto, muitas vezes, como tabu, como algo que não precisa ser comentado para não despertar o interesse dos adolescentes. Porém, diante da realidade atual, observa-se que a desinformação só tem contribuído para o aumento do índice de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), gravidez na adolescência e experiências psicosssexuais prematuras as quais podem acarretar prejuízos no desenvolvimento psicológico.

Na maioria das vezes, a família dos adolescentes não cuida da Educação Sexual por não

saber como lidar com esta questão. Em decorrência disto, evidencia-se a relevância de se tratar as questões de sexualidade na escola, visto ser este um local privilegiado de educação para adolescentes.

A convivência diária com adolescentes durante alguns anos de docência nos leva a compreender uma característica comum entre jovens: a de questionar a si mesmos, e, ao mesmo tempo, a busca da construção de sua própria identidade. São observadas, por exemplo, questões relacionadas à sexualidade que nem sempre são vistas de modo a expor as opiniões dos próprios jovens, os quais estão mais sujeitos as cobranças, como disciplina e obediência, do que as orientações para o enfrentamento de desafios cotidianos.

A ideia dos PCN's, (1997), é de que,

A inclusão dos Temas Transversais exige, portanto, uma tomada de posição diante de problemas fundamentais e urgentes da vida social, o que requer uma reflexão sobre o ensino e a aprendizagem de seus conteúdos: valores, procedimentos e concepções a eles relacionados (BRASIL, 1997, p.35).

É nesse sentido que a abordagem da Educação Sexual, a qual faz parte de um desses temas, entra em cena para “favorecer a compreensão da multidisciplinaridade de aspectos que compõem a realidade, uma vez que permite a articulação de contribuições de diversos campos de conhecimento” (BRASIL, 1997, p. 41).

Pelacarência de uma orientação pedagógica mais atuante na instituição escolar em estudo, que estimule o corpo docente a trabalhar de forma interdisciplinar e transversalizada, os quais levem seus discentes a pensar, a se concentrar e raciocinar possibilitando reflexões e discussões, e que valorize suas decisões de escolha, inclusive a sexual, baseada na ética humana e racional. Este estudo se propõe em identificar como os docentes desta instituição estão trabalhando ou não a Educação Sexual de seus discentes e observando também a maneira como essa clientela encara esse tipo de educação.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Compreender a importância do trabalho pedagógico na Educação Sexual vivenciada em sala de aula por docentes e discentes de uma escola municipal de Gravatá e suas respectivas dificuldades.

Objetivos Específicos

- Conhecer a opinião de docentes e discentes acerca de questionamentos relacionados à Educação Sexual.
- Identificar o nível de conhecimento dos discentes e docentes a luz da Educação Sexual.
- Verificar as dificuldades enfrentadas por docentes e discentes ao lidar com conteúdos ligados a sexualidade humana.

Capítulo

1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA



Adolescência: Reflexão e Compreensão

O período de transformações que o ser humano passa ao afastar-se da infância e aproxima-se da fase adulta é chamada de adolescência. Esta se caracteriza por um conjunto de transformações sócio-psicológicas e anátomo-fisiológicas, levando o ser a um modelo de vida desconhecido, mas que estabelece padrões e comportamentos que irão perdurar por toda a vida. Nesta fase este ser procura assumir a sua própria identidade, afastando-se de regras e padrões estabelecidos pelos pais ao passar por mudanças na percepção acerca do seu corpo, despertar para a sexualidade e novos valores de vida (BRANDÃO, 2006).

Segundo Brasil (2014) esta é uma fase da vida que vai dos 12 aos 18 anos, e que para Valle e Mattos (2010) consideram de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) uma fase da vida que é cronologicamente percebida dos 10 aos 19 anos, levando em consideração a puberdade que é inerente a todos os seres humanos e que se manifesta de forma aleatória de acordo com cada ser, “mas previsível de acordo com os parâmetros próprios da espécie”(p.18), que ainda refere:

A adolescência dos pais de hoje não é como a dos filhos. Em meio a tantas mudanças sociais, assistimos a uma adolescência que convive com muitas emboscadas, com as transformações que ocorrem do ponto de vista sistêmico, na vida de todos, mas que atingem aqueles que mais precisam de estabilidade para lidar com as próprias mudanças. Hoje, temos recursos para compreender mais a adolescência, porém nossos jovens permanecem desgovernados e sofrem, em uma época em que os prestigia pela supervalorização da ousadia e da juventude, em si (VALLE; MATTOS, 2010, p. 18-19).

Ser adolescente é tentar compreender as mudanças que o corpo físico está passando desde as questões funcionais, como as hormonais e principalmente mudanças anatômicas como a corporal. É a perda da infância para a uma fase da vida cheia de atribulações, com o surgimento de comportamentos oriundos deste momento da vida que transcende até a fase adulta, um luto incondicional que só cessa ao atingir a plena função de desenvolvimento corporal físico e principalmente psíquico na fase adulta, além da formação de uma identidade nova. Essa metamorfose pela qual passa os

adolescentes por sua vez diante da instabilidade emocional, sentimental e cognitiva na maioria das vezes chega até a mobilizar sentimentos de tensão, questionamento e às vezes sofrimento por parte dos pais, professores e por todos que se encontram ao seu redor (BRASIL, 2011). Pois “sabemos que as transformações sociais existem e que as dúvidas são frequentes e graves”, o adolescente precisa de um tempo para ser compreendido para a formação de uma nova personalidade de forma segura e saudável, para que a partir daí possa ser percebido e fazer valer suas necessidades acerca de suas imaginações, fantasias, medos e inseguranças do mundo em que vivem (VALLE; MATTOS, 2010, p.20-21).

De acordo com Cruzeiro et al (2010), a adolescência é uma fase crucial cheia de preocupações, que requer cuidados por parte dos pais ou responsáveis devido a falta de preparo físico e emocional desses jovens por estarem despreparados em lidar com os significados da sexualidade, a saúde reprodutiva ligada a comportamentos sexuais de risco acerca das ISTs, por exemplo. Não se sabe exatamente em que nível de conhecimento cada um deles têm relacionado à prevenção de doenças com quem estão estabelecendo vida de relação interpessoal e íntima.

O mesmo autor acima ainda refere que as ansiedades, os desajustes sociais e emocionais desses jovens devem ser analisados à luz das mudanças sócio- culturais e das pressões dos grupos sociais que eles estão inseridos, como a família, a escola e a comunidade. Os quais contribuem para que esses comportamentos perdurem por algum tempo.

A adolescência além de ser uma fase da vida de transformações hormonais, que mudam o jeito de ser e de agir, vem sendo motivo de contestação por sabermos que muitas das características desse ciclo evolutivo da vida sofrem influência do meio social e da época em que se vive. Como exemplo dessa constatação, podemos citar os tempos modernos, as mudanças sócio-econômicas e culturais, as influências do século XX, as novas tecnologias e seus reflexos para o século XXI, os costumes e a construção de produtos fruto de determinadas sociedades que levam o adolescente a determinar sua própria imagem no meio social em que vive (BRASIL, 2011).

O mesmo autor citado anteriormente, afirma que a adolescência é uma época da vida que traz muita preocupação relacionada a seu convívio social (uso de drogas ilícitas, infecções sexualmente transmissíveis - ISTs, gravidez sem planejamento) e que muitas vezes são tratados na mídia, nas escolas e nos serviços de saúde, com descaso, como problema social. Não são vistos como expressão de vida que se renova. São vistos como entraves sociais, fruto resultante da combinação pentagonal adolescência-drogas-sexo-violência-vulnerabilidade que geralmente é usado para justificar disparates causados pelos adolescentes (BRASIL, 2011).

Com relação a esses disparates relacionados a estes jovens, Araújo e Calazans (2007), defendem que essas concepções acima referidas, devem levar em consideração que esses sujeitos também são pessoas de direitos e com capacidade de compreender o real significado dos conflitos sociais contemporâneos e sugerir caminhos para solucioná-los. Desse modo passa a contribuir para a construção de um país que almeja cada vez mais igualdade social para todos.

De acordo com as palavras de Valle e Mattos (2010,p.21-24):

É hora de buscar um chão firme, um porto seguro, que compreenda, sem ser fraco, que aceite, sem ceder, que saiba entender esse universo único de cada um, nesse momento em que tudo parece estranho. Hoje, em meio aos avanços tecnológicos, podemos compreender mais a necessidade e os impulsos adolescentes, os riscos educacionais e de saúde, a importância de ações primárias preventivas... Mas estamos longe de responder adequadamente a esse incontestável desafio que a adolescência representa. Precisamos responder aos anseios da adolescência, às indecisões desse período, que ainda não formou um juízo de valor, ou que precisa de apoio para lidar situações paradoxais, complexas, como questões econômicas, dificuldades de relacionamento, falta de esperança e assim por diante.

Sexualidade

As transformações pela qual a civilização ocidental vem passando faz com que suas leis e

regras que os regem, os modifiquem. Vários conceitos ligados a família, a sexualidade, ao gênero e as etnias vem sofrendo algumas mudanças até hoje. Partindo desse pré suposto a visão que tínhamos no passado sobre ser criança, não é a mesma de hoje, como refere Pinto (1997 apud SANTOS e ARAÚJO, 2009):

(...) na Idade Média, as crianças são representadas como adulto em miniatura (homúnculos): trabalham, comem, divertem-se e dormem no meio dos adultos (...) Quanto mais recuamos nessa história, mais probabilidade teremos (...) de nos confrontarmos com a morte, o abandono, a violência, o terror e o abuso sexual sobre as crianças. Práticas como o abandono e o infanticídio, a entrega dos filhos a outrem para criar, as célebres rodas de expostos, etc., seriam disso eloquente exemplo (PINTO, 1997, p. 35-38, apud SANTOS e ARAÚJO, 2009, p.14).

Para Farias (1998 apud SANTOS e ARAÚJO, 2009) ao nos reportarmos a sexualidade, passamos a ter a mesma concepção:

O estudo de outras culturas, a partir da antropologia e da história, foi mostrando as diversas mudanças de um momento para outro, de um povo para outro e também as diferenças dentro de uma mesma cultura. Mostrou também que as relações pessoais, a família e o sexo são elementos construídos de acordo com a economia, o tipo de trabalho, a tecnologia, a religião e a ciência (FARIAS, 1998, p. 11, apud SANTOS e ARAÚJO, 2009, p.14).

Partindo desses estudos e adentrando neste contexto de mudança histórica, social e cultural, percebe-se também que ainda existe muita desinformação relacionada à sexualidade pelos adolescentes. Ela ultrapassa os fatores físicos que envolvem o ser humano, numa visão holística relacionada às concepções de valores, regras sociais existentes em cada grupo social; momento histórico, algo que é visto como certo ou errado, adequado ou inadequado. Além das práticas sexuais, as nossas fantasias, desejosos sentimentos e emoções, demonstrados pelo nosso jeito de ser e viver, também faz parte da

sexualidade (BRASIL, 2011). Para Brandão e Heilbronn (2006), o desenvolvimento da sexualidade na adolescência contribui para a aquisição gradativa de liberdade e autonomia, mesmo quando estão sob o mesmo teto parental.

A partir desses pré-supostos relacionado à sexualidade, Muller (2013), propõe nos reportar a tempos remotos como a pré-história até os dias atuais e que segundo Quirino (2012, p.19), “os principais estudos da sexualidade surgiram através de pesquisadores/as americanos/as e europeus que lançam seus olhares, especialmente, para as formas de vivência ocidental”. Dessa forma de acordo com esses autores passaremos a rever algumas características mais marcantes relacionadas à história da sexualidade humana para um melhor entendimento nesse estudo:

* Egito Antigo: a mulher é encarregada pela agricultura para garantir a subsistência da família e ao mesmo tempo já estava contribuindo para a história da sexualidade ao descobrir o uso de algumas plantas para uso contraceptivo e o homem sai para caçar. O sexo era para a busca do prazer. O encesto ocorria de forma aleatória e entre os diversos grupos da época de forma natural e espontânea sem nenhum tabu.

* Grécia Antiga: a sexualidade é vista de forma diferenciada. A prostituição é bastante exacerbada. As esposas são submissas aos maridos, cuja principal função é a da procriação. A Homossexualidade entre homens aparece nesse cenário por conta desse distanciamento entre os casais e sua ida para as guerras.

* Roma Antiga: virgindade feminina preponderante e o cristianismo e a medicina com o poder de determinar o destino sexual das pessoas.

* Idade Média: valorização do sexo só para procriação e após o casamento. “A mulher e o prazer são considerados instrumento do diabo, destinados a afastar o homem de Deus”. Práticas contraceptivas não eram permitidas. Caso contrário acontecesse, não se igualava a gravidade do sexo pelo prazer e extraconjugal. A igreja católica repudiava a mulher insinuada de prazer, que era chamada mulher do diabo e seria condenada a morrer queimada na “Santa Inquisição” (MULLER, p.23).

* Idade Moderna: o discurso relacionado ao sexo é praticado com menos tencionamento e manifesta-se de forma mais comum a todos. São desvendados os mistérios da procriação, fruto desencadeador da sexualidade humana, que foi a descoberta das células sexuais humanas e de algumas doenças sexuais como a gonorréia e sífilis.

* Idade Contemporânea: tempo de mudança, esclarecimento de questões relacionadas ao sexo e o surgimento de uma sexualidade mais liberal, época de descobertas, de novas tecnologias para o desenvolvimento de uma sexualidade com mais prazer, como o advento da pílula anticoncepcional, do preservativo masculino inovado, ou seja, vulcanizado (material resistente e elástico) usado na prevenção das IST's, a exemplo na pandemia da AIDS, de princípios farmacológicos para uma população mais experiente em prol de uma sexualidade com mais amor e prazer. Tudo isso em nome de uma formação integral humana cidadã. Uma fase do consumismo exagerado, onde o que se adquire hoje se descarta amanhã, ou seja, do luxo ao lixo. As redes sociais cada vez nos afastando do contato pessoal, do calor humano; a sexualidade se privando de se manifestar ao vivo e em cores, uma vez que nos submetemos ao imaginário e virtual encanto de uma tela de computador, deixando para trás a construção das relações interpessoais de excelência tendo a mesma que se reconfigurar aos ditames do momento atual (MULLER, 2013; QUIRINO 2014).

Esses marcos históricos nos faz conhecedor do que fomos no passado e refletir o que estamos vivendo no presente relacionado a sexualidade. Por sua vez percebe-se que a história da sexualidade “propiciam panos de fundo cruciais para as preocupações contemporâneas, por exemplo, estão diretamente relacionadas a sistemas de valores sexuais desenvolvidos quase sempre muitos séculos atrás” (STEARNS, 2010 p. 14), e que para Severo (2013, p. 70):

Novos níveis populacionais com uma taxa de crescimento sem procedimentos no século XX, novos dispositivos, como a pílula anticoncepcional, facilitaram uma crescente separação entre sexo e reprodução, criando maiores oportunidades; o sexo recreativo; o cinema e a televisão criaram oportunidades para

visualização de estímulos sexuais; novas ideias sobre os direitos humanos geram debates sobre o tratamento de minorias sexuais; mudanças nos padrões de trabalho e educação, com mais e mais mulheres estudando e trabalhando fora de casa; em meio a essas e outras mudanças muitas sociedades e indivíduos reagem com indignação, buscando se defender contra as inovações inadequadas em uma das áreas mais íntimas da vida humana.

Ainda de acordo com Severo (2013) a identidade e a sexualidade tem uma forte padrão de vinculação quando trata do “eu e o nós” (p.71), quando refere que:

É no contexto da interação e de encenação por um indivíduo de um papel socialmente elaborado que as identidades parecem ser definidas. Elas não são fixas e constantes, mas fluidas e contextualizadas, formuladas a partir das expectativas sociais definidas dentro de determinadas situações sociais (SEVERO, 2013, p.72).

Dessa forma passaremos a conceituar a sexualidade com mais propriedade, como é o que pensa a Organização Mundial de Saúde - OMS (1995), que em sua abordagem conceitua sexualidade como um bem-estar do ser humano, em todo o seu ciclo de vida, envolvendo sexo, identidade de gênero, erotismo, orientação sexual, intimidade, prazer e reprodução. Os PCN's (1997) complementam de forma mais precisa o conceito que a OMS atribui à sexualidade:

A sexualidade independe da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca de prazer. É entendida como algo inerente, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento. Encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito, indissociavelmente ligada a valores (BRASIL, 1997, p. 81).

Para Foucaut (1993, p. 100), sexualidade é algo que ocorre por meio de um “dispositivo his-

tórico, que não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder tenta pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco desvelar”. O que nos leva a pensar que nossa sexualidade é construída a partir do meio social em que estamos inseridos e isto é o que influencia a formação do nosso comportamento sexual. Convém a cada ser discernir a conduta adequada para cuidar da sua sexualidade de acordo com os princípios que acredita, sejam eles religiosos, culturais, sociais e políticos para que possam educá-la de forma particular e subjetiva.

Já Nunes e Silva (2000, p. 73 apud Bonfim 2012, p. 26) entendem por sexualidade como sendo:

Uma marca única do homem, uma característica somente desenvolvida e presente na condição cultural e histórica do homem (...). A sexualidade transcende a consideração meramente biológica, centrada na reprodução das capacidades instintivas (...). A sexualidade é a própria vivência e significação do sexo, para além do determinismo naturalista, isto é, carrega dentro de si a intencionalidade e a escolha, que a tornam uma dimensão humana, cultural (NUNES e SILVA 2000, p. 73 apud BONFIM 2012, p. 26).

De acordo com Severo (2013, p. 69), a sexualidade são as nossas vivências sociais relacionadas a nossa realidade de vida, que por meio dela “todo o universo de desejos, crenças e valores são articulados, definindo um amplo espectro do que entendemos como a nossa identidade”. Ela sempre esteve presente nos processos graduais coletivos e individuais de vida social, histórica e política do passado e no presente de forma a proporcionar “emancipação ou violência contra as pessoas”.

De forma mais humanizada Vilela (1999, p. 311), apresenta a sexualidade como consistindo em analisar a forma como os seres humanos se relacionam de maneira interpessoal, comunicativa, onde só eles “tem relações sexuais”, diferentemente como se apresentam nos seres irracionais, que só “copulam para procriar”, ou seja, só se relacionam pelo instinto animal. Como seres racionais, que acreditamos ser, as relações humanas são mediadas pelo sexo e que “atendem a múltiplas finalidades e sentidos, em função das circunstâncias temporais, históricas, inter e intra-subjetivas em que ocor-

rem”. Ela faz parte do universo humano, dá sentido a vida, caracteriza o ser que somos, proporcionando-nos alegria e prazer em todas os âmbitos sociais ao qual pertencemos.

Para Bonfim (2012, p.27-28), a sexualidade “é sinônimo de afetividade, de relação humana, começando necessariamente pelo conhecimento de si” (p. 27). É a busca da satisfação plena quando o indivíduo vai ao encontro de emoções e sentimentos que o complemente como pessoa, ao encontro do “bem-estar, alegria, estímulos, desejos, fantasias, curiosidade do outro, relacionamentos de amizade, amor, afeto, carinho, contato físico, sexo, sensibilidade, prazer” (p. 28).

Por outro lado, Cardoso e Brito (2012) entendem que “sexualidade deve ser compreendida de uma maneira biopsicossocial – corpo e mente”(p.11). Deve ser vivida de acordo com sua dimensão epistemológica do conhecimento e de acordo com a formação sócio afetiva em todos os momentos da vida desde a infância, passando pela adolescência, pela vida adulta e perdurando até a vida senil.

Quirino (2014), por sua vez complementa o pensamento e confirma a opinião das autoras acima, ao afirmar que uma visão de mundo acerca das questões sociais e políticas são necessárias, para que cada ser possa discernir e posicionar-se dialeticamente conforme as relações humanas construídas, relacionadas a sexualidade acerca dos “processos de transformação, de códigos e valores incidentes sobre o sexo” (p. 19).

Bonfim (2012, p. 27) explica que a sexualidade:

Diante de sua complexidade e amplitude, abordá-la no ambiente escolar requer que o docente tenha uma fundamentação teórico-metodológica e uma epistemológica visão multidisciplinar que além de contemplarem as ciências biológicas, sejam embasadas em diversas áreas das ciências humanas, como a pedagogia, a filosofia, a história, a sociologia, a antropologia, a psicologia.

Assim, percebe-se que a sexualidade com todo os seus princípios norteadores da subjetividade humana também é vivida e trabalhada na escola atual e no convívio com os vários grupos sociais, em que se percebe o aparecimento de ideias e conflitos contrastantes relacionado a assuntos atrelados a esses grupos. As discussões talvez sejam as mais conflituosas por englobarem muito mais que di-

versos conceitos científicos: aqueles relacionados a conceitos decisivos, autoritários, preconceituosos e obsoletos, que junto a uma formação primitiva por parte de alguns docentes, faz emergir um currículo que não considera relevante, e que não trata com a devida importância as questões referentes à sexualidade (BRASIL, 1997). É o que veremos a seguir na inter-relação existente entre escola e sexualidade.

Escola e Sexualidade

O ser humano a partir da sua existência é considerado sociável e participativo em sua essência, oportunizando-se a tomar parte de importantes decisões que venham a acontecer no meio em que vive. É na escola que o jovem estudante começa a trabalhar sua sexualidade de forma subjetiva e decisiva, fortalecendo o processo de engrandecimento pessoal, numa dialética interpessoal afetivo e sexual de forma sistemática e gradual neste mundo moderno e competitivo. Esta por sua vez proporciona a cada um deles o direito de manifestar suas emoções e sentimentos relacionada à sexualidade de forma prazerosa dentro de normas que equilibre o pensamento e o comportamento, pautada de acordo com os valores e crenças que acreditam, beneficiando cada vez mais a manifestação de uma sexualidade responsável, ética e sobretudo com sabedoria (CARDOSO; BRITO 2012).

Essas autoras supracitadas ainda compreendem que a educação voltada para a sexualidade:

É sobretudo oferecer oportunidade a educadores e educandos para uma reflexão sistematizada da sexualidade humana, em relação à sociedade, à família, à escola, etc. É também criar oportunidades para uma reflexão sobre um tema tão comum, natural porém ainda repleto de mitos, preconceitos, crenças irracionais, informações deturpadas que paralisam os seres humanos. É fundamental trabalhar com informações científicas que possam sensibilizar os adolescentes para acolher, cuidar e oferecer ajuda ao outro. Desconstruir preconceitos, mitos e tabus que dificultam ou impedem a construção de novos conhecimentos, que possibilitam mudanças de paradigmas de homens e mulheres, numa atitude responsável com vistas à igualdade de gênero, para

exercerem a sexualidade, a afetividade e o sexo, de maneira saudável e harmoniosa (CARDOSO; BRITO, 2012, p. 163).

Para Brasil (1997), é fundamental que a escola ao tratar de questões relacionadas à sexualidade, como uma de suas competências, defina os princípios que subsidiarão o seu trabalho:

Esses princípios determinarão desde a postura diante das questões relacionadas à sexualidade e suas manifestações na escola, até a escolha de conteúdos a serem trabalhados junto aos alunos. A coerência entre os princípios adotados e a prática cotidiana da escola deverá pautar todo o trabalho (BRASIL, 1998, p. 299).

A citação acima nos faz reportar ao pensamento de Silva (1993) que refere ser necessário “ver a Educação, a Pedagogia e o Currículo como campos de luta e conflito simbólico, como arenas contestadas na busca da imposição de significados e da hegemonia cultural” (p.122), o que nos leva a observar que os docentes passam a ser o foco principal na discussão sobre sexualidade na escola: ou poderão se negar a não participarem nos debates do problema ou irão problematizar de maneira mais severa essa discussão, enfocando além da promoção e prevenção em saúde, interessando de forma intencional e considerando também as relações de poder na produção dos saberes.

O mesmo autor acima referido nos faz acreditar que, quando se busca melhorias nos processos de ensino e aprendizagem tendo em vista uma melhor compreensão da realidade e dos conteúdos culturais, todos se integram de forma harmoniosa. Desta forma, ocorre à integração curricular como uma possibilidade pensada a partir de diferentes pressupostos educativos e pedagógicos (SILVA, 1993).

O currículo de uma escola não está limitado só em trabalhar os conteúdos e sua transmissão, ele se propõe também trabalhar as possibilidades e perspectivas sociais, culturais, políticas e econômicas no qual estão inseridos os estudantes. Ele não é dotado de neutralidade. É uma forma de manifestar o pensamento humano por intermédio de um conjunto de normas planejadas, princípios

e conseqüentemente leis que trará transformações na vida das pessoas que se propuserem segui-lo (BARROS; QUADRADO; RIBEIRO, 2000).

Essas autoras se subscrevem com relação a currículo por meio do pensamento de Silva:

Como qualquer outro artefato cultural, como qualquer outra prática cultural, o currículo nos constrói como sujeitos particulares, específicos. O currículo não é, assim, uma operação meramente cognitiva, em que certos conhecimentos são transmitidos ao sujeito dados e formados de antemão. O currículo tampouco pode ser entendido como uma operação destinada a extrair, a fazer emergir, uma essência humana que pré existia à linguagem, ao discurso e à cultura. Em vez, disso, o currículo pode ser visto como um discurso que, ao corporificar narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, nos constitui como sujeitos - e sujeitos também muito particulares, sujeitos de uma sexualidade (SILVA, 2003, p. 203, apud BARROS; QUADRADO; RIBEIRO, 2000, p. 3).

Partindo desses pré-supostos Brasil (1998a), refere que ao responder a questões relacionadas a valores sociais e culturais, éticas e morais ligados a sexualidade inserida nos currículos, os educadores precisam ter acesso à formação específica e segundo os PCN's, continuada, ajudando a minimizar seus próprios preconceitos étnicos, os relacionados a gênero e a homofobia, e que para Vianna e Ridenti (1998), aqueles também ligados às questões sexistas no recinto escolar, que geram desconforto ao conceder um tratamento diferencial de um sexo em detrimento de outro e também questões relacionadas aos tabus no cotidiano, aprofundando cada vez mais assuntos relacionados à sexualidade de forma transversalizada entre os docentes e sem medo de vivenciá-la com os estudantes na escola acerca das desigualdades sociais para a formação humana.

Para Moizés e Bueno (2010) é necessário trabalhar a transversalidade entre professores, uma vez que esta necessita que os mesmos estejam preparados para lidar não só com conteúdos que sejam ligados a sua disciplina, mas também conhecimento de outras disciplinas curriculares para que possam por intermédio de temas transversais trabalhar em conjunto, lapidando-se sem perder a sua

especificidade. O que só resta saber é se estes estão dispostos em ser capacitados para que possam trabalhar a sexualidade na escola de forma esclarecedora os seus princípios e o trabalho pedagógico de forma coesa, produzindo bons resultados junto aos estudantes (MOIZÉS; BUENO, 2010).

Assim percebe-se que os docentes necessitam rever suas dificuldades diante determinado assunto, relacionado a questões teóricas, leituras e discussões e suas diferentes abordagens; precisam estar preparados para saber lidar também com a reação dos familiares desta clientela relacionados ao tema em questão. O professor também precisa estar consciente de que não é a sua função exclusiva de assumir a responsabilidade em esclarecer dúvidas, de dialogar e vivenciar com os estudantes valores, descobertas e curiosidades sobre sexualidade, mas eminentemente sim, este papel em primeiro plano é da família (CARDOSO; BRITO, 2012).

Para Morin (2000), a família é o primeiro ambiente onde a sexualidade é abordada e, cada uma delas têm suas crenças e valores que marcam os adolescentes e ainda refere:

“(...) o imprinting cultural marca os humanos desde o nascimento, primeiro com o selo da cultura familiar, da escola em segundo, depois prossegue na universidade ou na vida profissional. Assim, a seleção sociológica e cultural das ideias raramente obedece à sua verdade; pode, ao contrário, ser implacável na busca da verdade” (MORIN, 2000, p. 28).

A família na maioria das vezes omite informações concernentes a sexualidade dos filhos, impedindo que os adolescentes esclareçam suas dúvidas, e quando os orientam, os fazem de forma rústica, “repressiva, incoerente e inadequada”(p. 63). Estes devem pensar e começar a flexionar ao abrir espaços no seio familiar através da troca de experiência, para que seus filhos possam obter informações sobre sexo e sexualidade, num clima de tolerância, sem arrogância, com muita compreensão para que as relações interpessoais entre os membros da família comecem a se equilibrar e gerar um certo conforto de ambas as partes, pais e filhos, e que ao utilizarem recursos esclarecedores como livros, revistas, vídeos educativos, programas de televisão, sirvam para que todos possam se inquietar perante suas dúvidas e ao mesmo tempo se sintam autoconfiantes para conversar, refletir e discutir

temas associados a Educação Sexual para que esses adolescentes possam viver sua sexualidade com “liberdade, responsabilidade e naturalidade” (Bonfim, 2012, p. 63).

Por essa razão nas palavras da autora acima:

Pais e educadores devem entender que ocultar o assunto também significa posicionar-se sobre ele. A neutralidade pode ser pior que uma posição contrária: a “cultura do silêncio” que ainda impera na escola e na família esquece que não precisa necessariamente utilizar o diálogo para expressar nossos posicionamentos. A omissão, os gestos, as proibições carregadas de valores moralistas e socioculturais são uma maneira de contribuir para que o preconceito e os tabus sexuais se perpetuem. E mais: acreditamos que, em se tratando de subjetividade, de sentimentos, de amor, de paixões, de desejos, não há regulamentação capaz de determinar que as identidades sexuais sigam os discursos hegemônicos, sejam eles da biologia, da natureza ou da “normalidade”, impostos pelo pensamento dominante (BOMFIM, 2012, p. 64).

Partindo desta citação, percebe-se que a escola abre espaços para que o aluno reflita sobre os diversos valores relacionados à sexualidade, permitindo-os ressignificar os valores herdados e vivenciados. Ela vincula e implementa a Educação Sexual fornecida pela família e faz com que, o diálogo entre as duas instituições seja uma constante, para contribuir com essa relação (VITIELLO, 1997). Os PCN’s (1998) defendem que “caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias”(BRASIL, 1998a, p. 305).

Ao ser colocado em prática todos esses pressupostos ligados a família e a escola, o trabalho com a educação sexual começa a fluir na escola de forma mais harmoniosa, contribuindo para um bom ensino e uma aprendizagem de qualidade e conseqüentemente um bom nível de confiança entre o professor e o estudante. O mestre precisa estar confiante e convicto do que vai falar. Sempre receptivo ao diálogo, esclarecer conversas sobre determinado assunto e lembrar também que deve haver exceção às informações que se refiram a sua vida pessoal(MORIN, 2000).

Quando as informações são bem processadas, bem definidas sociocultural e cientificamente

por parte do professor, traz um respaldo bastante compensador e tranquilizador, bem-estar do corpo e mente, elevando a autoestima do aluno, trazendo condições suficientes para a promoção e prevenção da saúde sexual relacionada às IST's, AIDS, gravidez na adolescência e abuso sexual (BRASIL, 1998a).

Para o mesmo autor supracitado, na escola os estudantes aprendem a lidar com informações - confrontando com as que possuem cotidianamente, a enfrentar os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade. Daí a necessidade dos professores cada vez mais refletirem sobre valores democráticos e pluralistas propostos e os objetivos gerais a serem alcançados, e como já foi dito por Moizés e Bueno (2010), de forma transversalizada, onde os conteúdos possam ser contemplados pelas diversas áreas do conhecimento de acordo com sua especialidade.

O professor, que com o seu potencial vitalizador em sua prática pedagógica, seja qual for à disciplina que leciona, encontra-se sempre disponível a resolver o confronto de ideias relacionado ao cotidiano escolar e conseqüentemente aos vários problemas que constantemente emergem neste ambiente, que na ótica de Pereira e Bahia (2011):

Estes, certamente, sempre dizem respeito às circunstâncias da organização do sistema de ensino, às carências pessoais dos educandos, bem como às suas relações sociais e políticas. Fato que tem demandado dos educadores a busca de aperfeiçoamento no seu agir profissional e de ampliação do seu conhecimento, assim como uma reflexão aprofundada nas revisões das políticas e práticas educativas de inúmeros países (PEREIRA E BAHIA, 2011, p. 51).

Ao nos reportarmos aos PCN's, que mesmo sendo criado na década de 90 no século passado, percebemos que ainda continua com o mesmo teor em relação aos desafios imposto a escola, um documento que contribui para suprir algumas carências docentes em prol dos discentes, o qual afirma:

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa

diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade (BRASIL, 1998b, p. 117).

Assim já é notória entre professores a conformidade de opiniões de que a educação passe a reconhecer a igualdade entre os diferentes, ou seja, diferença de gênero, etnias, diferenças entre heterossexuais e a homossexuais. Nesse sentido, a escola deve oferecer uma educação plural e multicultural igual para todos, fundamentada em valores como respeito e a tolerância na construção do conhecimento e dos diversos saberes (MOSÉ, 2013).

De acordo com Moita (2002), a escola é o espaço dedicado à discussão dos conhecimentos historicamente acumulados, nela não deve haver neutralidade nem na linguagem, muito menos no currículo, e ainda afirma que como sendo um ambiente de construção e reconstrução do conhecimento, o seu papel principal é:

- a) a aproximação dos alunos a discursos outros, isto é, outras histórias, diferentes daquelas referidas pela família e pela comunidade (religiosa, por exemplo) da qual participam;
- b) o reconhecimento da sociedade como espaço constituído pelo discurso em que os conflitos são inerentes, sendo, frequentemente, o resultado da luta política, entendida como relações entre as pessoas no mundo social;
- c) a criação de condições para construir outros sentidos de quem somos, nem sempre legitimados ou, minimamente, referendados pela família e/ou outras instituições (MOITA, 2002, p. 81).

Vale ainda também ressaltar e entender que esta instituição de acordo com seu papel social e com a visão de mundo que deve ter, estimula a sociedade quebrar estereótipos geradores de preconceitos, exclusões e principalmente discriminação. Contribui no sentido de lidar com dificuldades emanadas por parte dos educandos e dos educadores para que possam ser suprimidas e emanadas

(BRASIL, 1998a).

Segundo BRASIL/MEC/SEPRIR (2009, p. 28):

Se o estereótipo e o preconceito estão no campo das ideias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Nessa perspectiva, a omissão e a invisibilidade também são consideradas atitudes, também se constituem em discriminação (BRASIL/MEC/SEPRIR (2009, p. 28).

Neste contexto percebe-se que estereótipo, preconceito e discriminação só levam a desumanização daqueles que são suas vítimas e só levam a restrições quanto à articulação entre os direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento e a organização do trabalho pedagógico na escola. Dessa forma só contribui para a desqualificação da aprendizagem de todos os estudantes (BRASIL, 1998a).

Educação Sexual na Escola

Na escola a Educação Sexual é um marco na educação global que proporciona o desenvolvimento harmônico das qualidades intelectuais, morais e sociais. Ela começa em casa com as orientações dos pais e familiares e dá continuidade na escola, “pois é por meio da família que surgem as primeiras aquisições valorativas da vida e da própria sexualidade” (BONFIM, 2012, p. 115).

Segundo Queen (2013), na Argentina desde o ano de 2006 e em Portugal a partir do ano de 2009 a Educação Sexual já é lei e é trabalhada como parte integrante do currículo nacional em escolas públicas e privadas no ensino fundamental e que tem como objetivos, assegurar o desenvolvimento de uma sexualidade plena do estudante com direito a promoção de saúde e prevenção das IST's, gravidez não planejada, de abuso e exploração sexual. Na Inglaterra a partir do ano de 2008 a Educação Sexual foi incorporada como disciplina sendo aplicada a estudantes dos 5 aos 16 anos, onde nos primeiros anos de estudo eles são informados quanto as partes do corpo e nos anos seguintes com temas relacionados a reprodução.

No Brasil vale a pena nos reportarmos a alguns marcos históricos sobre Educação Sexual nas escolas brasileiras de acordo com os estudos realizados em 2010 pelo Grupo Gestor Estadual do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas no Rio de Janeiro (GGE-RJ/SPE, p.1) que elaboraram a seguinte cronologia de ações:

- 1920 - Tentativa da feminista Berta Luz de implementar ensino oficial de Educação Sexual.
- 1970 – Surgimento da Lei nº 5692/1971, que tratava das ações de Educação Sexual como responsabilidade dos orientadores educacionais ou dos professores da área de ciências ou programas de saúde.
- 1974 – Parecer nº2264/74 do Conselho Federal de Educação, que legitima o ensino da educação sexual como de responsabilidade dos programas de saúde.
- 1987 – 1988 – Organização do Projeto de Educação Sexual para Comunidade Escolar através da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.
- 1990 – Implementação de Programas de Educação Sexual nas escolas municipais de Porto Alegre.
- 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) – lança as bases para uma escola pluralista que respeita a diversidade. Depois, surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), descrevem a inclusão da Educação Sexual (denominada de orientação sexual) de forma transversalizada em todo o conteúdo das disciplinas.
- 1998 – Publicação dos cadernos de Temas Transversais dos PCN's para o Ensino Fundamental, principal marco para desenvolver ações no espaço escolar relacionadas à temática de gênero, diversidade sexual e orientação sexual.
- 2001 – Lançamento do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10172/01).
- 2002 – Implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos II, que visa fortalecer os artigos da Constituição Brasileira referentes aos direitos à livre orientação sexual e

à proibição da discriminação por orientação sexual. O Programa Estadual de DST / Aids de São Paulo lança o vídeo “Para que time ele joga”?.

- 2004 – Governo Federal lança o programa Brasil sem Homofobia, com ações ligadas à área da educação. Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (CECAD/MEC). Lançamento da campanha “Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos” e do Plano Nacional de Políticas para Mulheres.
- 2006 – Lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Neste ano, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) iniciou em âmbito nacional o curso de formação de professores, com o objetivo de mobilizá-los para as questões ligadas às relações de gênero, orientação sexual, opressão sexual, cidadania e direitos humanos, de forma que seja possível fortalecer as iniciativas de combater à violência presente no contexto escolar, junto à população de jovens homossexuais. Inauguração do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).
- 2008 – Realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT). Prêmio Nacional de Educação e Direitos Humanos. Inclusão de recomendações relacionadas à abordagem de gênero e ao enfrentamento da homofobia no Edital de avaliação e seleção de obras didáticas para construção do Guia de Livros Didáticos do 1º ao 5º ano do Programa Nacional do Livro Didático (PNDL 2010).

Como explicitado nesta cronologia, é preocupante compreender como a questão da Educação Sexual, que é considerada tarefa da família, da religião, da comunidade, dos livros ou da mídia e orientação sexual tarefa da escola (CONCEIÇÃO, 1988; SUPPLY, 1998), é trabalhada atualmente na instituição escolar, a partir dos documentos oficiais, como os PCN's, que estruturam a atuação educacional. Na concepção de Altmann (2001) as modificações ao longo dos anos acontecem só que ficam limitadas sempre ao discurso.

De acordo com as palavras de Altmann e Martins (2007) acreditamos que o termo orientação

sexual é muito limitado, haja vista, não tratar de sexualidade como marco histórico, social, político e econômico, ela é mais voltada para as questões biológicas, higienista e preventiva. Pois “na bibliografia internacional, orientação sexual é um termo utilizado para indicar qual o sexo (masculino ou feminino) pelo qual uma pessoa sente-se atraída ou elege como objeto de desejo e afeto” (ALTMANN; MARTINS, 2007, p. 132 apud AQUINO; MARTELLI, 2012, p.5).

Educação Sexual é um termo mais amplo, que se preocupa em está sempre trabalhando e modificando suas ações pedagógicas tradicionais em prol de uma evolução contemporânea, tendo a sexualidade como um dos seus temas a ser trabalhado na família e podendo se estender e ser cristalizada na escola. Este tipo de educação se prontifica a cuidar constantemente da sexualidade das pessoas de forma incondicional, a qual pode mudar diante das relações sócias em que o ser esteja inserido, podendo ser construída e reconstruída (AQUINO; MARTELLI, 2012)

Segundo Brasil (1998a), a Educação Sexual deve ser inserida no Projeto Político Pedagógico da escola uma vez que promove o bom desenvolvimento bio-psico-social do estudante, mantendo docentes e discentes e toda a escola interconectados numa rede de conhecimentos e ao mesmo tempo fomentando e estimulando a discussão de temas relacionados à Educação Sexual trazendo um respaldo científico bastante compensador como:

Aumento do rendimento escolar (devido ao alívio de tensão e preocupação com questões da sexualidade), aumento da solidariedade e do respeito entre os alunos. [...] no caso do adolescente as manifestações da sexualidade tendem a deixar de ser fonte de agressão, provocação, medo e angústia (BRASIL, 1998, p. 300).

Educação Sexual segundo Figueiró (1996), é fazer com que o indivíduo entenda e aprenda dentro de um processo mediador que contribui para a construção do seu conhecimento e não apenas um mero espectador ao ser orientado em só receber o conhecimento pronto, sem questioná-lo. Uma educação que contribua para a formação da nossa subjetividade, para o nosso desenvolvimento pleno

afetivo e sexual.

Para Vitiello (1994, p. 203) “educar, embora possa passar por informar, por orientar e por aconselhar, é mais do que a soma dessas partes isoladas (...) significa “formar”, (...) na acepção de que o educador dá ao educando condições e meios para que cresça interiormente”. Só resta saber se ele está disposto a receber toda essa formação para “a busca de uma ética que lhe permita se conhecer, se entender e se construir” (BONFIM, 2012, p. 54).

A Educação Sexual pode ser dividida também em dois grupos: a informal e a formal, haja vista, ambas estão relacionadas a vivências socioculturais. A primeira caracteriza-se segundo We-rebe (1998, p. 139, apud DUARTE, 2012, p.19) como “[...] todas as ações, deliberadas ou não, que se exercem sobre um indivíduo, desde seu nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes, comportamentos, opiniões, valores ligados à sexualidade”, onde esse pressuposto pode ocorrer na família (primeiro grupo de convivência social relacionada à sexualidade), na mídia (que influencia com seus modelos de desenvolvimento de comportamento ligados a valores transmitidos pela televisão ou por computadores (internet), na comunidade do bairro em que vive, igreja, clubes, entre outros (DUARTE, 2012).

Para a autora supracitada, na escola também ocorre esse tipo de educação, dentro de sala de aula em conversas informais, extracurriculares, que aparecem de forma inusitada não relacionada a assuntos trabalhados pelo professor ou fora dela e que é a partir desse processo informal que surge a necessidade da educação sexual formal, de caráter consensual, fundamentado em princípios e ao mesmo tempo sistematizada.

De acordo com Vilela (2014), essa educação formal faz com que os adolescentes compreendam seus limites, suas ações e responsabilidades sexuais, tornando-se seres críticos, construtivos de seus direitos e deveres e conseqüentemente aptos para tomada de consciência diante das adversidades relacionada à sexualidade. Tudo isso traz um respaldo científico para professores e pais em trabalharem de forma mais assertiva o comportamento e a Educação Sexual desses jovens.

Diante desta perspectiva, identificamos que a educação é concebida enquanto instrumento

de transmissão de valores e princípios igualitários e democráticos; portanto mostra-se necessário a importância da inserção às discussões de identidades de gênero, sexo e sexualidade como forma de eliminar os estereótipos, e trabalhar o reconhecimento da diversidade entre sujeitos, facilitando-se desta forma, educar adolescentes quanto o seu comportamento afetivo e sexual levando-os a uma aprendizagem contínua de acordo com os processos biopsicossocial e afetivo (CARDOSO; BRITO, 2012).

As mesmas autoras ainda referem que, essa aprendizagem deve ser fruto de uma relação dialógica para construção do conhecimento e que seja norteadas nos quatro pilares básicos desse conhecimento:

“Aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a conviver” e “aprender a ser” que permite ao educador e educando conhecer, questionar, aprender e argumentar as informações relativas à sexualidade, ao sexo e ao gênero. Desse modo, torna-se necessário construir novos conhecimentos para a tomada de decisões responsáveis e escolhas assertivas com mais segurança, participação, flexibilidade e adaptação a novas situações e mudanças (CARDOSO; BRITO, 2012, p. 13).

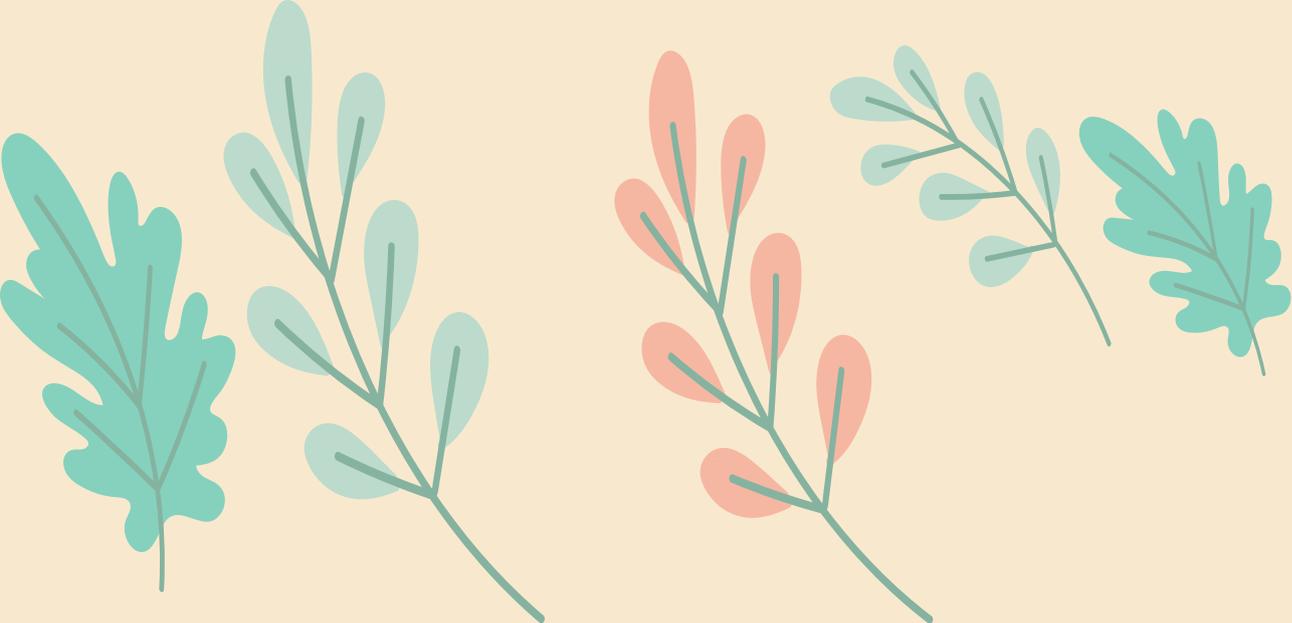
As autoras citadas anteriormente, também afirmam que não devemos pensar em minimizar a definição de sexualidade e sexo de acordo com o olhar da Biologia, embora seja um conhecimento que contribua para a formação da identidade, da autoestima, da autoconfiança e valorização do corpo em uma sexualidade composta de afetividade e possibilidades em suas múltiplas dimensões. Não permitindo que ela se submeta aos entraves da vulnerabilidade, fruto do poder e vontade de outras pessoas, restringindo suas possibilidades e conseqüentemente reprimindo seus valores (CARDOSO; BRITO, 2012).

Partindo desse princípio o GGE-RJ/SPE (2010) valoriza também a Declaração dos Direitos Sexuais que durante o XV Congresso Mundial de Sexologia, ocorrido em Hong Kong (CHINA), entre 23 e 27 de agosto de 1999 na Assembleia Geral da WAS (World Association for Sexology) aprovou as

emendas para a Declaração de Direitos Sexuais, decidida em Valência, no XIII Congresso Mundial de Sexologia, em 1997, que se referem aos seguintes direitos:

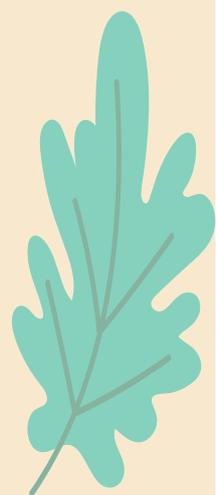
Direito à liberdade sexual; o direito a autonomia sexual – integridade sexual e à segurança do corpo sexual; o direito à privacidade sexual; o direito à igualdade sexual; o direito ao prazer sexual; o direito à expressão sexual; o direito à livre associação sexual; o direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis; o direito à informação baseada no conhecimento científico; o direito à educação sexual compreensiva; o direito à saúde sexual (GGE-RJ/SPE, 2010, p.1).

Neste contexto relacionado à declaração dos direitos sexuais, acreditamos que essa visibilidade nos ajuda a nos libertar de discriminação, de injustiças, de tabus e de preconceitos dentro das escolas e na sociedade. A dignidade, o respeito mútuo, a responsabilidade e a justiça, nesse mundo globalizado e com grande diversidade cultural, deve imperar para que a Educação Sexual proporcione aos jovens estudantes o exercício de sua sexualidade, assegurando cada vez mais uma melhor qualidade de vida (BONFIM, 2012).



Capítulo 2

METODOLOGIA



Particularidades do Estudo

Estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa, realizado com pesquisa de campo e de natureza aplicada, que contribui para uma melhor compreensão a luz do tema abordado, possibilitando uma maior apreensão do problema. Para Gil (2008), pesquisas exploratórias proporcionam maior detalhamento de um conjunto de questões sistematizadas, sem restrições, nos levando a fazer um levantamento bibliográfico para a fundamentação teórica. Para este autor, pesquisas descritivas nos incitam trabalhar com questionários, possibilitando descrever características de determinada população ou fenômenos, uma vez que utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados.

Cenário do Estudo e seus Protagonistas

O cenário de estudo almejado realizou-se na Escola Municipal Cônego Eugênio Vilanova, localizada em bairro periférico, no Vale do Ipojuca, COHAB II, Gravatá – Pernambuco. É formada por uma clientela de aproximadamente 642 estudantes, na maioria de camadas sociais populares e de famílias com baixo grau de instrução. Funciona no horário matutino em onze salas de aula, uma de educação infantil, uma integrada do 1º com o 2º ano, três do 3º ao 5º ano, nos anos iniciais e nos anos finais em seis salas, uma do 6º ano, duas do 7º e 8º anos e uma do 9º ano. No horário vespertino as salas de aula só funcionam com os anos finais no ensino fundamental, sendo três do 6º ano, duas do 7º e 8º anos, uma do 9º ano e duas com o Ensino de Jovens e Adultos, (EJA) III e IV. Possui uma sala conjugada para a biblioteca e laboratório de computação, uma secretaria, uma sala de professores com banheiro, uma cantina, uma sala de jogos matemáticos, uma sala de atividades integradas, um banheiro masculino e um feminino para estudantes.

Seu quadro de funcionários é formado por uma gestora e sua assistente, uma secretária com suas três auxiliares de secretaria, uma bibliotecária, três merendeiras, três assistentes de serviços gerais, um porteiro, um vigilante noturno e vinte e sete docentes, cinco que lecionam nos anos iniciais

e vinte e dois nos anos finais. Estes últimos atuam nas várias áreas do conhecimento – Língua Portuguesa, Arte, História, Geografia, Educação Física, Matemática e Ciências.

Para este estudo a amostra foi formada por um total de 80 estudantes adolescentes, sendo 42 do sexo feminino e 38 do sexo masculino, selecionados 5 estudantes aleatoriamente do 6º ao 9º anos, do EJAIII e EJA IV, na faixa etária ente 11 a 17 anos e 22 docentes que lecionam nestes anos finais do ensino fundamental, sendo 13 do sexo feminino e 9 do sexo masculino, na faixa etária de 20 a 50 anos, que para serem incluídos, precisaram estar em plena atividade do exercício do magistério de acordo com sua área do conhecimento e seus discentes estarem na faixa etária da adolescência.

Coleta de Dados

A coleta de dados, primeira etapa deste estudo, mediante a aprovação do gestor escolar e consentimento dos participantes, ocorreu no mês de novembro de 2015, com a aplicação de questionários constituídos por questões claras, objetivas e fechadas, contendo 14 questões para os docentes referentes as dificuldades de trabalhar a Educação Sexual na escola e 10 questões para os discentes relacionadas ao seu nível de conhecimento desse tipo de educação, como pode ser observado no apêndice.

Antecipadamente os participantes receberam um termo de consentimento livre e esclarecido, denotado nos anexos, para que pudessem responder aos questionamentos, autopreenchível, na própria escola. Para os professores esta ação realizou-se durante as aulas atividades ou em sua residência e quanto aos estudantes, ocorreu na sala de aula.

A segunda etapa da coleta correspondeu ao procedimento da revisão bibliográfica, que se norteou em fontes primárias e secundárias e nos materiais tecnológicos e científicos que são fundamentais para a elaboração de um estudo científico. O material coletado correspondente a essa etapa, foi localizado em consultas às bibliotecas públicas, faculdades, universidades, em acervos de especialistas e em dados da literatura científica virtual como: Google acadêmico, Rede social para comparti-

Análise dos Dados

Os dados analisados originaram-se de uma leitura extensiva e compreensiva do material selecionado, seguido de sua exploração, para busca do real significado a luz do contexto em que esteve inserido, agrupados por categorias, textos específicos e geral, articulados com os conceitos que orientaram a análise.

Na etapa de exploração do material coletado utilizaram-se os dados de estatística do Excel, para auxiliar na interpretação dos dados categorizados nos questionários. Nesse sentido, analisaram-se questões que norteiam as dificuldades de uma realidade necessária ligada a Educação Sexual no ambiente escolar.

No final da análise, elaborou-se uma síntese interpretativa confrontando com os achados na literatura concernente ao estudo.

Considerações Éticas

Estudo regulamentado de acordo com as normas de pesquisa destinada a seres humanos, resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012). Que assegura a todos os participantes da pesquisa que os procedimentos inerentes ao mesmo serão realizados de acordo com seus princípios éticos, relacionado à dignidade das pessoas, sua autonomia, seus princípios de liberdade, beneficência, não maleficência e, sobretudo com equidade. O anonimato dos sujeitos participantes na pesquisa será mantido para que possam expor suas opiniões e dificuldades com total liberdade e segurança.

Um termo de consentimento livre e esclarecido, também foi apresentado aos docentes e aos representantes dos estudantes, por ser menor de idade, com linguagem acessível e esclarecedora. Com

procedimentos utilizados na pesquisa, os prováveis riscos, incômodos e as vantagens esperadas. Todos tiveram oportunidade de ler e assinar o termo em duas vias. Uma ficando com o pesquisador e o outro com o professor ou pessoa responsável pelo menor que participou dos questionamentos.

Os resultados desta pesquisa serão publicados e servirão de suporte para a tomada de decisões voltadas a prática docente relacionada à Educação Sexual no recinto escolar. Proporcionando cada vez mais uma melhor qualidade de vida social e humanitária a todos que fazem o estabelecimento de ensino, possibilitando a garantia de que danos previsíveis ao processo de ensino e aprendizagem possam ser evitados.

Capítulo 3

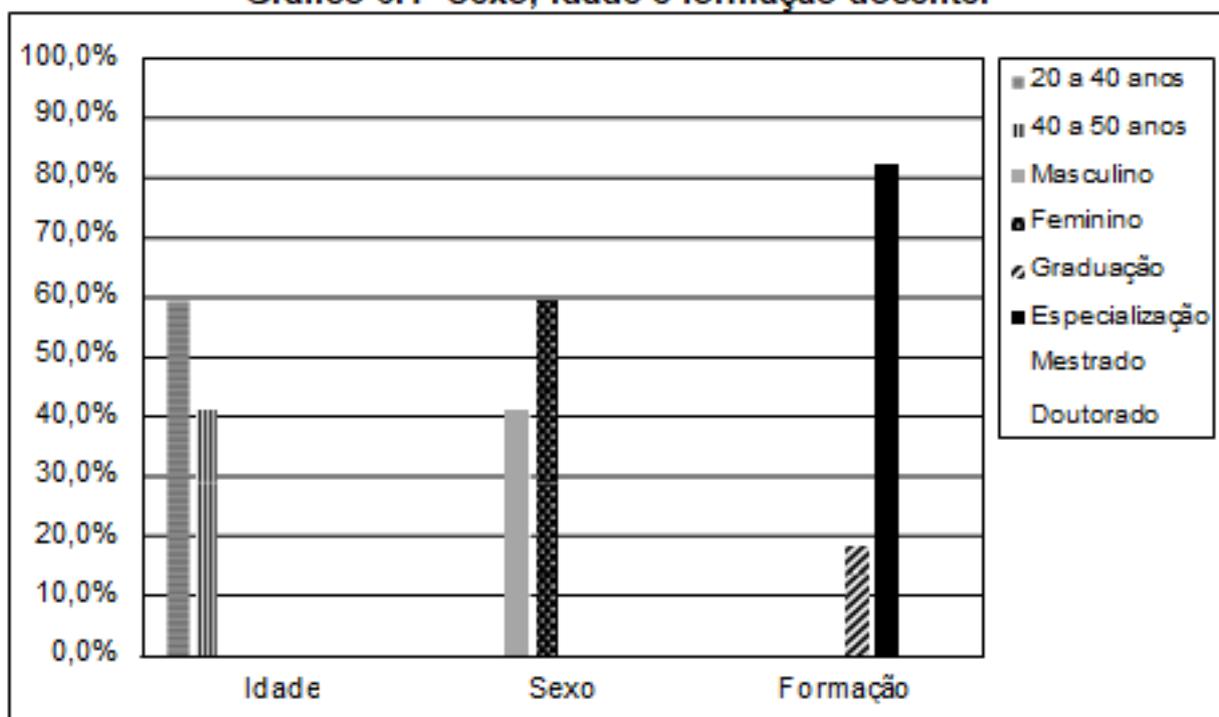
RESULTADOS E DISCUSSÃO



Os resultados foram apresentados de acordo com os dados coletados nos questionários destinados a 22 docentes regentes em sala de aula e 80 discentes que estudam na Escola Municipal Cônego Eugênio Vilanova na cidade de Gravatá/PE, no ano de 2015 e as suas respectivas discussões foram realizadas com base em achados da literatura.

Inicialmente foi levado em consideração o perfil dos docentes questionados, constituídos pelas seguintes variáveis: idade, sexo, formação profissional, tempo de docência e as respectivas áreas do conhecimento que lecionam. É o que será exposto nos gráficos a seguir:

Gráfico 6.1- Sexo, idade e formação docente.

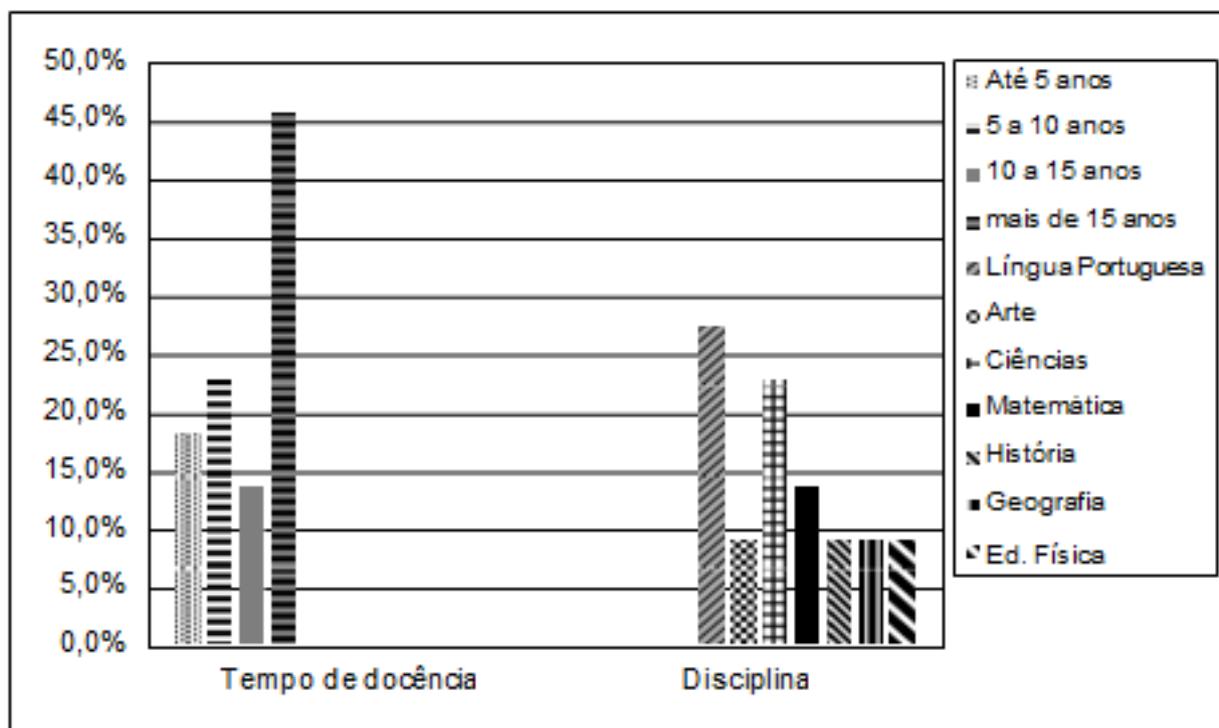


Fonte: Dados coletados pelo autor

No gráfico 6.1 observou-se que mais da metade dos docentes possuem idade de 20 a 40 anos e que são do sexo feminino - fato histórico e dado estatístico no país (MEC, 2009), em que ambos os dados estatísticos para idade e sexo, atingiram um percentual comum de 59,1% (13), seguidos de 81,8% (18) para sua formação profissional com especialização. Alguns autores atribuem o fato de um maior percentual para docentes com especialização ser consequência de uma maior mobilidade social

em prol de seu engrandecimento profissional e na busca de uma prática pedagógica mais dinâmica que contribua para a sua evolução docente (TARDIF, 2007; OLIARI; TENROLLER; NEZ, 2012).

Gráfico 6.2 – Tempo de docência e disciplina que leciona

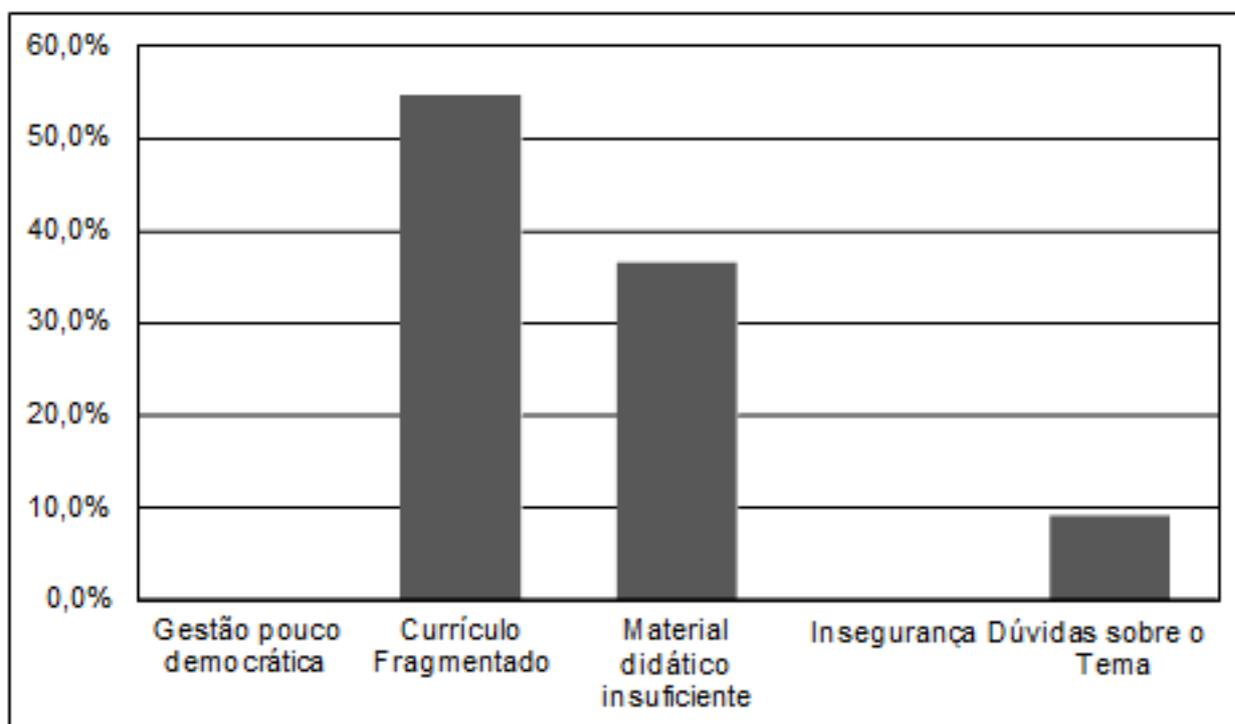


Fonte: Dados coletados pelo autor

No que diz respeito ao tempo de docência e as disciplinas que lecionam no gráfico 6.2, grande parte dos docentes já tinham mais de quinze anos, correspondendo a um percentual de 45,5% (10) regentes em sala de aula; por sua vez a disciplina de Língua Portuguesa 27,3% (06) e Ciências 22,7% (05) foram as que atingiram um maior percentual de docentes trabalhando no estabelecimento de ensino em estudo.

As seguintes questões se destinam ao conhecimento sociocultural relacionados às vivências de profissionais em educação regente em sala de aula ligada às dificuldades de uma realidade necessária em trabalhar a educação sexual.

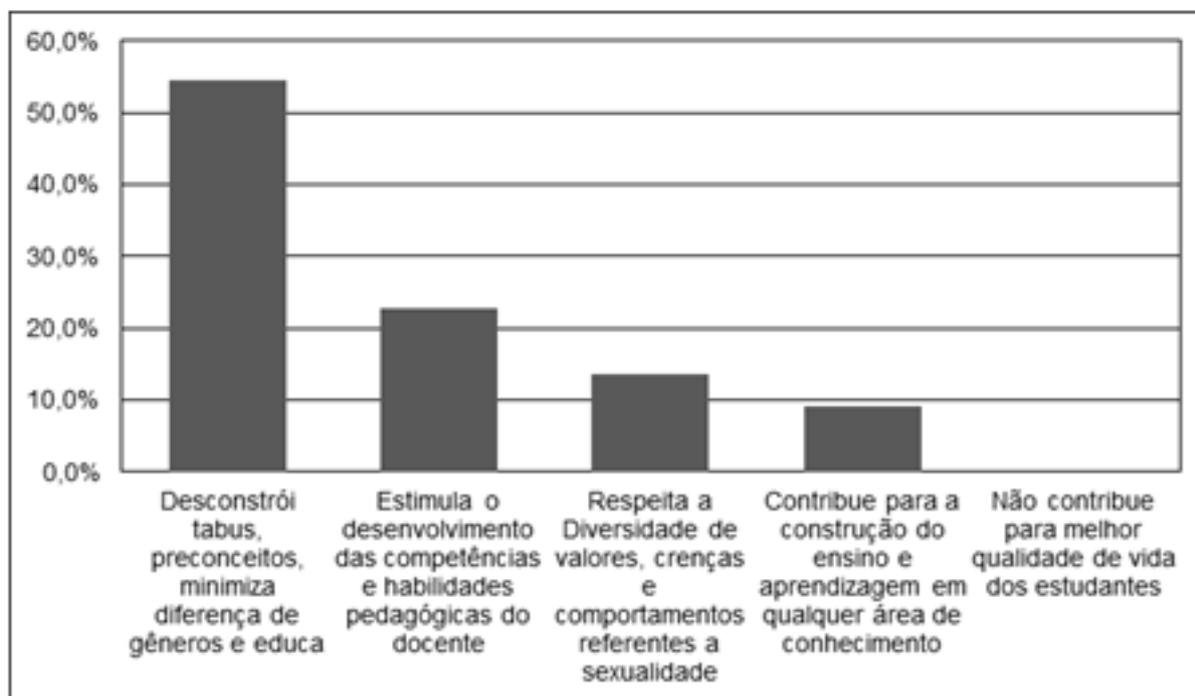
Gráfico 6.3 – Dificuldades para trabalhar Educação Sexual



Fonte: Dados coletados pelo autor

O gráfico 6.3 refere-se à primeira pergunta do questionário relacionada às dificuldades para trabalhar Educação Sexual na escola, onde 54,5% (12) dos docentes têm dificuldades devido ao currículo fragmentado. Esta é uma realidade contemporânea por tratar de temas relacionados à educação voltada para a sexualidade de forma disciplinar e não transdisciplinar (BRASIL, 1998a). Verificou-se também que o material didático de apoio a esse tipo de trabalho aparece em torno de 36,4% (8) de forma insuficiente. Como exemplo clássico, podemos citar o livro didático, que com pouca visão interdisciplinar, dificulta um ensino-aprendizagem dinâmico (BRASIL, 1999). Em seguida, 9,1% (2) dos questionados sentem dúvidas em trabalhar a Educação Sexual na escola. Os estudos de Maia (2004), Reis e Ribeiro (2002), complementam o contexto acima referindo que os PCN's a partir da década de noventa contribuíram para que a Educação Sexual nas escolas não fosse desenvolvida de forma aleatória e sem planejamento, onde os educadores mesmo sem preparo e formação na área de ensino procuravam e procuram se esforçar para trabalhar e se adequar ao ensino da Educação Sexual.

Gráfico 6.4 – Importância de trabalhar Educação Sexual na escola



Fonte: Dados coletados pelo autor

Em relação à segunda pergunta apresentada no gráfico 6.4 que se refere à importância de trabalhar a Educação Sexual na escola pelos docentes, observou-se que 54,5% (12) afirmaram que esta contribui para desconstruir tabus, preconceitos, minimiza diferenças de gêneros e educa. 22,7% (05) referiram que estimula o desenvolvimento das competências e habilidades pedagógicas do docente, denotando o que afirmam as autoras Felix e Navarro (2009, p. 2), ao referirem que “o desenvolvimento das habilidades e competências ocorre por meio de atividades como pesquisa, conhecimento teórico, vivência, reflexão e ação”. Para as mesmas autoras competências e habilidades demandam atualmente uma ótica centrada numa educação contextualizada e interdisciplinar, onde o professor precisa estar disposto a incorporá-las em sua prática pedagógica atual.

Essas interações educacionais quando pautadas nos princípios éticos, sociais, históricos, políticos e culturais liberta o cidadão para a construção de uma sexualidade menos fragmentada entre o ser biológico, social e afetivo e facilita as relações interpessoais (FELIX; NAVARRO, 2009; CA-

MARGO; RIBEIRO, 2010).

Complementando o pensamento dos referidos autores supracitados, Bonfim (2012), enfatiza que o trabalho com Educação Sexual deve ser programado acerca dos conteúdos transversais nas diferentes áreas do currículo. Garantindo segundo Felix e Navarro (2009), Cardoso e Brito (2012, p. 13), a construção do conhecimento voltado para uma práxis pedagógica que assegure tanto a professores como a estudantes “atitudes reflexivas e dialógicas, permitindo conhecer,questionar, aprender e argumentar informações relativas” a esse tipo de educação, estimulando os processos formadores de suas competências e habilidades para uma formação humana cidadã e democrática.

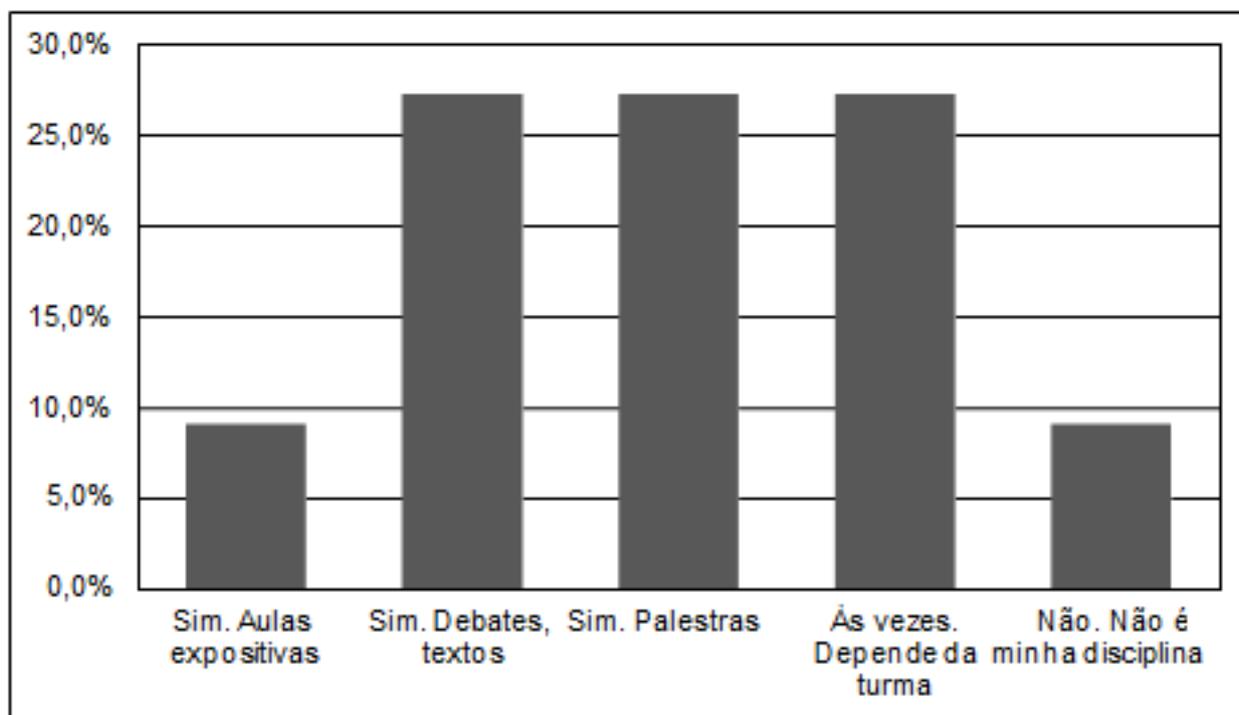
A terceira questão foi: Onde o estudante adolescente deve receber Educação Sexual? Foi quase unânime a escolha pela família e pela escola do adolescente, 95,5% (21); em detrimento de se receber a devida educação só com a família, 4,5% (01). Esse percentual predominante está de acordo com o pensamento de Altmann (2001), ao afirmar que é dever tanto da família como da escola “desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde das crianças e dos adolescentes” (p.2).

No que tange aos relatos da quarta questão “O que você, professor, entende por sexualidade humana?” Percebeu-se que 59,1% (13) acharam que é uma forma de se expressar e agir no meio em que se vive. Seguido de 31,8% (07) para os que opinaram em ser um comportamento que envolve a parte física e o emocional. Enquanto 4,5% (01) foi um percentual comum tanto para os que responderam ser a sexualidade exclusiva aos heterossexuais, como para os que acharam ser independente da opção sexual. Assim, percebe-se que, ao ser praticada a sexualidade aparece logo a diferença de gênero, no mundo machista em que vivemos, em que o sexo masculino sempre à frente, praticando-a como algo inerente a sua sexualidade e a heterossexualidade é exercitada de forma normal e socialmente aceita na sociedade, em detrimento à homossexualidade que se sobressai mesmo diante da carga negativa que a faz submergir nas entrelinhas do silêncio (ALMEIDA; HARDY 2007; FURLANI, 2008).

A quinta questão foi sobre o professor ter desenvolvido alguma atividade em sua escola referente à Educação Sexual (gráfico 6.5). Foi unânime o percentual para as três repostas, corresponden-

do cada uma a 27,3% (06), que ocorreram por meio de debates e textos; palestras; e que só as realizava dependendo do interesse da turma. Enquanto que 9,1% (02) responderam que esta não é sua disciplina para tratar destes assuntos. Onde se percebe uma ótica unilateral e horizontalizada dos docentes em trabalhar atividades numa perspectiva mais biológica e menos sociocultural e política. Mesmo diante do conhecimento disciplinar e individualizado dos questionados em menor percentual, deduz-se que na atual conjuntura do processo do ensino e da aprendizagem acerca da Educação Sexual no recinto escolar, esta ainda é mediada pelo docente de Ciências, haja vista, deva ser trabalhada de forma interdisciplinar, transversalizada e norteada por uma proposta pedagógica capaz de questionar e analisar de forma racional, inteligente pautados em valores éticosna busca da verdade do tema em estudo (POZO, 2008; QUIRINO, 2014).

Gráfico 6.5 – Desenvolvimento de atividades referente à Educação Sexual



Fonte: Dados coletados pelo autor

Em relação à sexta questão em que foram questionados quais anos finais do ensino fundamental deve ser evidenciada a Educação Sexual, mais da metade dos respondentes 63,6% (14), acha-

ram que este tipo de educação deve ser evidenciada em todos os anos finais do ensino fundamental, concordando-se então com os estudos de Brasil (1998a) e Meneses (2011), que com uma transversalidade mais aparente, a qual começa a se desenvolver entre as diversas áreas do conhecimento no ensino fundamental nos anos finais, leva os estudantes a refletirem suas ações e reações relacionadas a seus valores.

A crítica e autocrítica da prática pedagógica e a revisão de conceitos por parte dos docentes é urgente e necessária com a finalidade de aprimorar cada vez mais o trabalho com a educação para a sexualidade. Só assim poderão estimular os estudantes a desenvolverem seu potencial criador possibilitando seu posicionamento e intensificando os seus parâmetros regulatórios para um bom convívio sociocultural, afetivo e, sobretudo, ajudando-os a superar as diferenças individuais e preconceitos, contribuindo com sua vivência de forma responsável e cidadã no meio em que vivem (FIGUEIRÓ, 2007).

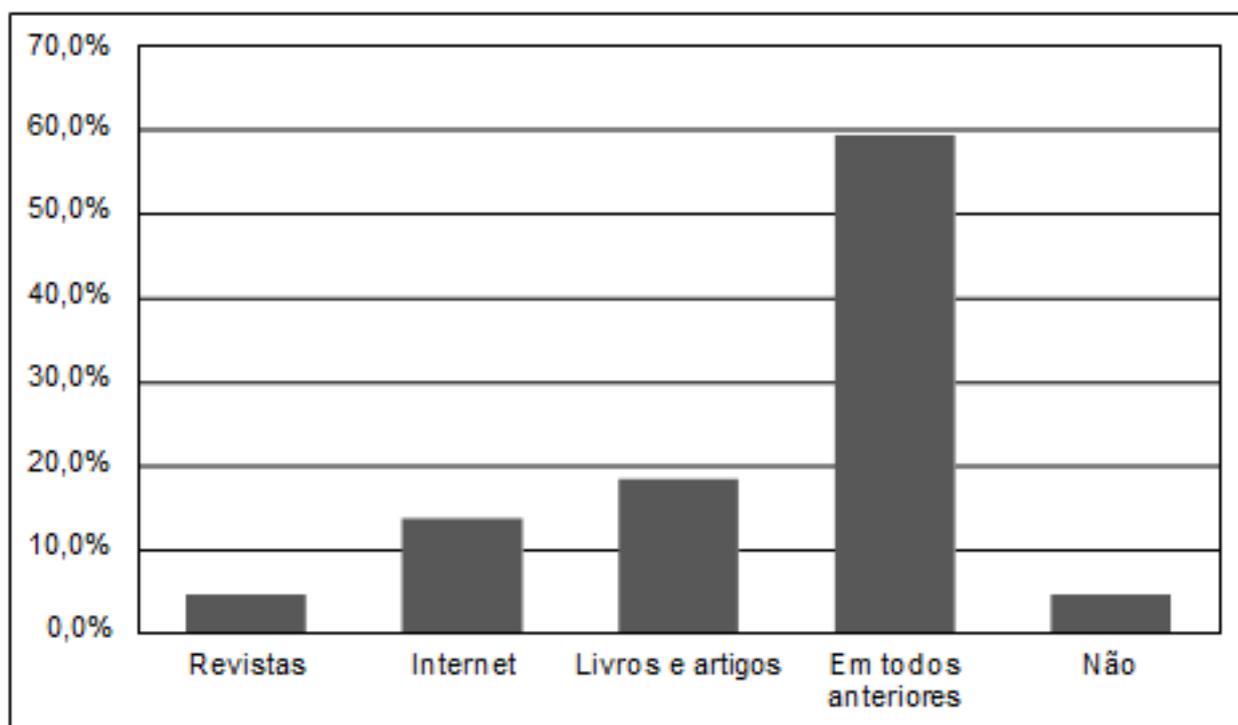
A sétima questão, teve como objetivo saber o período que o docente recebeu curso de formação sobre Educação Sexual e verificou-se que a metade dos questionados nunca participaram. Apenas 13,6% (03) receberam no curso de especialização. São dados que levam a crer que se vive em uma via de mão dupla: ou nos acomodamos limitando-nos a informações biologistas-médicas e higienistas (BONFIM, 2012) da sexualidade, ou nos renovamos constantemente frente ao momento histórico, político, cultural e social, a luz de uma transversalidade baseada em ações para a busca dos diversos saberes (SILVA; SIQUEIRA; ROCHA, 2009 e QUIRINO, 2014).

Neste sentido a formação continuada fornece também preparo pedagógico e afetivo acerca da Educação Sexual (BRASIL, 1998a). Uma realidade garantida pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96 em seu artigo 62, para superação da reprodução fragmentada do conhecimento relacionada a qualquer tipo de Educação, inclusive a Sexual (BRASIL, 1996). Os conceitos voltados para as novas exigências profissionais mudam a todo tempo e se não inovarmos nossa prática pedagógica nos tornaremos obsoletos (LIMA; VASCONCELOS, 2006).

O gráfico 6.6 se reporta a oitava questão, onde 59,1% (13) dos docentes questionados refe-

rem ter lido assuntos relacionados ao tema em estudo em revistas, livros, artigos e internet. Estes são materiais didáticos que segundo Moizés e Bueno (2010); Cardoso e Brito (2012), nos dão suporte para pensarmos a sexualidade e ao mesmo tempo problematizá-la, os quais muitas vezes não são muito bem trabalhados, por falta de preparo pedagógico ou por acomodação dos docentes (MORAN, 2003), são mecanismos de engrandecimento para o ser humano, fortalece a cidadania, as relações interpessoais, a auto-estima, a autoconfiança, estimula o diálogo, o desenvolvimento de atividades educativas, organizam a prática docente e orientam suas próprias transformações (BARDI; CAMPOS, 2004; STEARNS, 2010).

Gráfico 6.6 – Leitura sobre temas relacionados à Educação Sexual



Fonte: Dados coletados pelo autor

Questão nove: “Vale a pena se dedicar ao estudo dos Parâmetros Curriculares (PCN’s)?” 77,3% (17) afirmaram que vale a pena, por possibilitar uma visão interdisciplinar, entrando em concordância com os estudos de Lima e Azevedo (2013), ao referir que este documento norteia a ação

pedagógica com procedimentos interdisciplinar de excelência, munido de “uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento” (p.138), constrói de acordo com Fazenda (1994) um comportamento diferenciado com os estudantes e elege formas distintas em trabalhar técnicas e condutas de ensino de forma atualizadas. Ainda para a mesma autora e para Brasil (1998a) a interdisciplinaridade questiona a segmentação do conhecimento, sua prática exige do professor um saber plural e ao mesmo tempo os impulsiona a reagir diante de novos paradigmas, dos fenômenos e práticas educacionais, para que este conhecimento se articule com a arte de educar. Quanto à percepção do docente relacionada à homossexualidade, foi uma abordagem realizada na questão dez, em que a maioria dos questionados 59,1% (13), responderem ser escolha própria do ser humano, que segundo Santos (2012) esta é uma discussão ainda contraditória por não se saber se é algo relacionado a questões biológicas, comportamentais, sociais para que se possa chegar a uma verdadeira causa e comprovação científica para o homossexualismo.

É um tema bastante discrepante, que necessita ser constantemente avaliado e reavaliado do ponto de vista pedagógico na escola e psicológico na família. Uma vez que gera bastante preconceitos e tabus, de ordem social, cultural e intelectual. As leis atuais tentam combater a homofobia com os recursos que possui, mas a sociedade em geral muitas vezes cala para não prejudicar com a orientação sexual de seus filhos, contribuindo cada vez mais com o silêncio, o preconceito e com a desinformação relacionada aos direitos e deveres dessa população (SANTOS, 2012; SEVERO, 2013; FERRARI e CASTRO, 2013).

O que nos leva a pensar que esse é um tema que necessita de “uma compreensão ampla da realidade, reflexão e desenvolvimento do pensamento crítico e, portanto, exigem maior preparo dos educadores” (BRASIL, 1998a. p.309). Dessa forma para o mesmo autor, passará a desmistificar crenças, tabus, preconceitos ligados a homossexualidade, passando a trabalhar “com conhecimentos e informações que visam à promoção do bem-estar e da saúde” dessa população em estudo (p. 309).

Duas outras abordagens de destaque foram feitas como na questão onze, que se prontificou a identificar qual a ótica da família como mentora da Educação Sexual do filho e na questão doze a

contribuição das tecnologias para essa educação. Assim, na questão 11 houve uma concordância bem aproximada em termos percentuais quando os docentes, 40,9% (09), responderam que a Educação Sexual era de acordo com os valores que os pais acreditavam, para aqueles que responderam 36,4% (08), que poucos pais participam da educação do filho. Na opinião de alguns autores a Educação Sexual aos olhos da família ainda é muito tímida, reprimida, silenciosa, por acharem que conversas sobre sexo e sexualidade podem levar o filho a uma iniciação sexual antes do tempo (BONFIM, 2012; TRINDADE; BRUNS, 1999). E que descontextualizando essa realidade, Guimarães (2003), esclarece que a educação acima referida é para que o adolescente cresça intelectualmente e comece a tomar decisões mais equilibradas e reflexivas quanto ao discernimento das ações e atitudes adotadas para decidirem qual é o momento certo de sua iniciação sexual.

Sousa et al (2006) juntamente com Ramiro e Matos (2008) acrescentam a esse contexto que sem essa Educação, que é munida de orientação e diálogo para a família, irá expor esses jovens ao desconforto emocional pessoal e social, insegurança, limita suas escolhas, sua autonomia, seu conhecimento e o seu saber, gerando apatia, sofrimento psíquico e social. Santos e Rubio (2013) concordam com Sousa et al (2006), Ramiro e Matos (2008), e ainda acrescentam a este discurso que cabe aos pais refletirem suas ações, seus conceitos, seus valores, suas crenças para que comecem a emancipar esses pensamentos castradores e se possível, busquem ajuda junto aos professores na escola, para que possam educar seus filhos para uma sexualidade libertadora e de excelência.

Partindo para a questão do papel da tecnologia na Educação Sexual percebeu-se um bom entendimento da pergunta pelos docentes e que as responderam de forma clara e precisa, quando 31,8% (07) afirmaram que a internet não contribui para a Educação Sexual, uma vez que trata o sexo de maneira vulgar; enquanto outros 22,7% (05), se aproximaram bastante com os percentuais da resposta acima relatada e responderam que as pessoas na internet confundem liberdade com libertinagem sexual. Estes resultados vão de encontro com estudos de alguns autores ao afirmarem que esse tipo de tecnologia estimula o aparecimento de um novo modelo de conduta humana para as novas gerações, erotizando-as precocemente e ao mesmo tempo gerando um conjunto de questões socioculturais ne-

gativas ligadas à sexualidade (BONFIM, 2012; REIS e MAIA, 2012). Enquanto que para 13,6% (03) dos docentes questionados relataram que a internet contribui para a Educação Sexual dando discernimento de escolha.

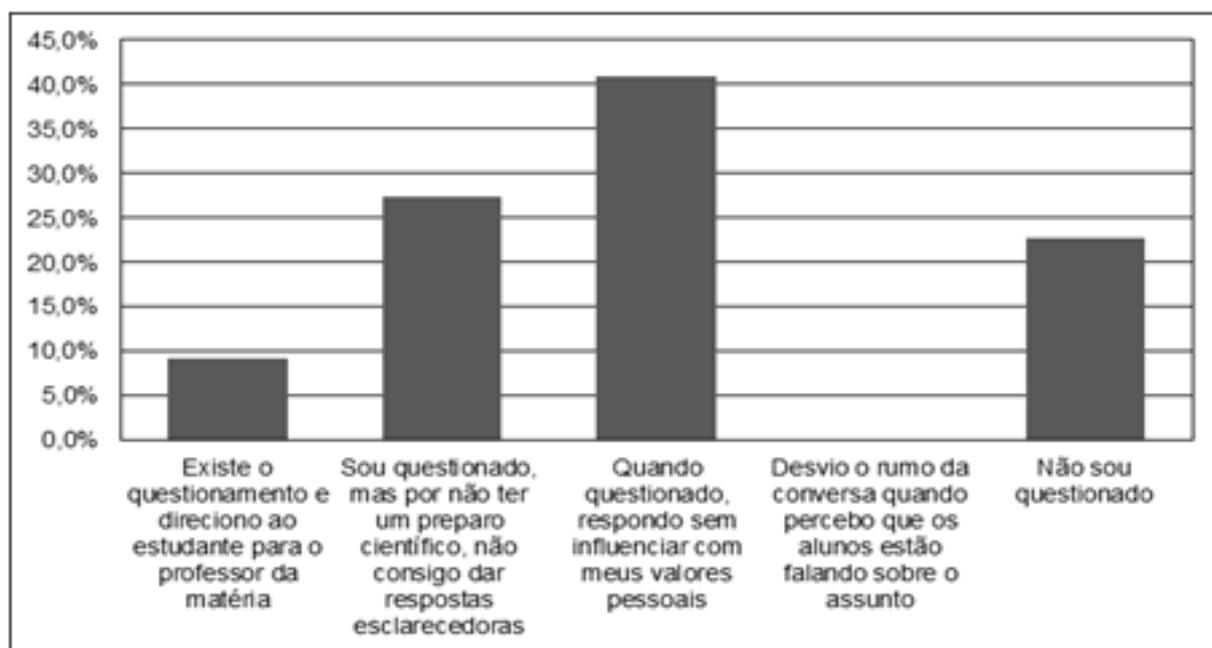
Nesse sentido Cardoso e Brito (2012) referem que os docentes precisam estar atentos quanto a essas escolhas, alertando-se para a sua passividade em só receber informações já processadas e se alertar com o que os incita e a manifestar suas opiniões e reflexões de temas relacionados a sexualidade sem deixar se levar por falsas impressões tecnológicas. Para as mesmas autoras acima deixar de oferecer “ao educando o acesso aos meios de comunicação e informação não contribui para a construção de atitudes reflexivas; caso contrário contribuirá para o processo de exclusão social e cultural” (p. 55). Assim Ianni (1999, p.14) complementa o pensamento das autoras supracitadas referindo que “os meios de comunicação vão moldando os padrões morais, éticos e estéticos, ou seja, os modos de pensar, de agir e sentir, de acordo com os interesses da sociedade histórica vigente”.

O gráfico 6.7 que se refere a décima terceira questão, faz alusão ao questionamento para o professor quanto à ausência de aulas relacionadas a sexo e a sexualidade. Percebeu-se que dos 22 docentes questionados, quase todos 77,3 % (17), relataram que quando são questionados sobre sexo e sexualidade, se possível respondem sem influenciar com seus valores e muitas vezes por não ter preparo sócio científico suficiente direcionam os estudantes para o professor da matéria. Para Quirino (2012) este é um discurso enfadonho biologista/higienista/preventivo frente ao universo de possibilidades que se tem para si trabalhar temas relacionados à sexualidade.

Para o mesmo autor supracitado, este é um “paradoxo entre o pensar e o agir, o saber e o fazer” (p.129). Ou mudamos a nossa prática pedagógica ou nos tornaremos docentes obsoletos para sempre a serviço da acomodação. Para alguns autores estudados esta é uma realidade da maioria das escolas brasileiras, uma problemática permeada pela ausência da transversalidade dos conteúdos em Educação Sexual trabalhados pelas disciplinas (FAZENDA, 1994; BRASIL, 1998a; QUIRINO, 2012; BONFIM, 2012). Trabalhar atitudes interdisciplinares segundo Fazenda (1994 apud LIMA e AZEVEDO, 2013, p. 130) é uma missão de todos os docentes, “é um ir além do simples trabalho em conjunto,

seria necessário mudar hábitos, métodos e recursos, talvez por isso, haja resistência de professores quanto ao trabalho interdisciplinar”.

Gráfico 6.7 – Questionamento ao professor relacionado à ausência de aulas relacionadas a sexo e a sexualidade



Fonte: Dados coletados pelo autor

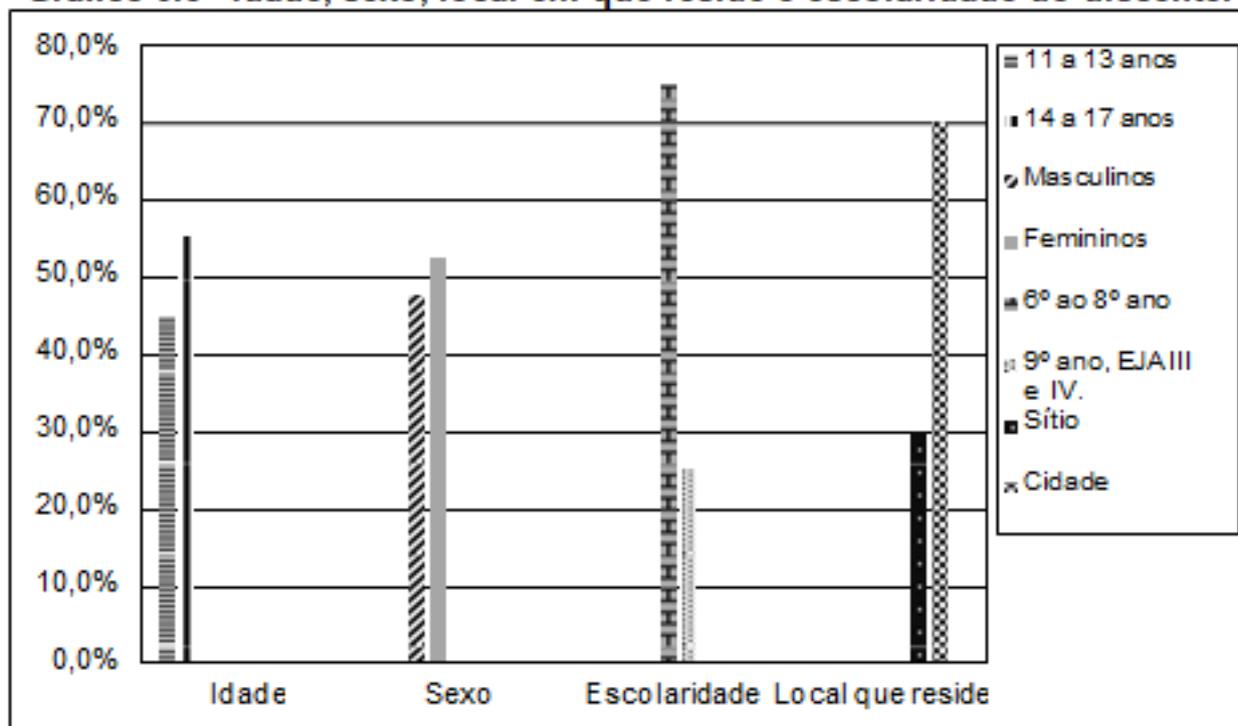
Com relação às iniciativas primordiais para ser trabalhada a Educação Sexual na escola abordada, na décima quarta questão, a resposta que mais se destacou num percentual de 40,9% (09) foi a que referiu incluir o trabalho de Educação Sexual no projeto educativo, que é sugestivo a ser trabalhado de acordo com o objetivo similar ao dos PCN's relacionado à orientação sexual ao afirmar que se deve “promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como de pais e responsáveis, com finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola no trato de questão da sexualidade” (BRASIL, 1998a, p.287). Dessa forma passa a ser um desafio que se deve trabalhar em prol do desenvolvimento do ensino e da aprendizagem de uma sexualidade responsável que estimula o exercício da cidadania e na construção de uma Educação Sexual fundamentada na tomada de decisões a partir de seus princípios e concepções (BOMFIM, 2012; FIGUEIRÓ, 2007).

Ao nos reportarmos aos questionamentos com os discentes a realidade não foge da que é vivida pelos docentes devido à dificuldade de se vivenciar um trabalho pedagógico na escola a favor de uma Educação Sexual emancipatória, reflexiva e ética pautada nos princípios de igualdade para todos sem preconceitos, tabus, mitos, comprometida com o bem-estar do cidadão e conseqüentemente com uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 1998a; BOMFIM, 2012).

A análise dos dados no gráfico a seguir permitiu observar a clareza das respostas dos discentes relacionadas ao seu perfil com suas respectivas variáveis como: idade, sexo, localidade em que reside e sua escolaridade. As demais informações discorreram sobre o cotidiano escolar relacionadas às possíveis vivências dessa clientela relacionadas ao tema em estudo.

No gráfico 6.8 observou-se que dos 80 estudantes questionados 55,1% (44) tinham de 14 a 17 anos, o sexo feminino se sobressaiu ao masculino com um percentual de 52,5% (42), onde o número maior de respondentes foi a dos que estavam cursando do 6º ao 8º ano 75% (60) e que a maioria era da cidade 70% (56). Esses dados nos levam a perceber que a “sexualidade gera nos estudantes grande variedade de sentimentos, sensações e dúvidas” e que a partir do 6º ano “já apresentam condições de canalizar suas dúvidas ou questões sobre sexualidade” (BRASIL, 1998a, p. 308), haja vista, estão passando pela puberdade, que é uma sazonalidade da vida geradora de debates, inquisições e reflexões ligada a educação para a sexualidade (VALLE; MATTOS, 2010; AQUINO; MARTELLI, 2012).

Gráfico 6.8 - Idade, sexo, local em que reside e escolaridade do discente.



Fonte: Dados coletados pelo autor

Partindo do pressuposto que a Educação Sexual já é trabalhada no seio da família de acordo com os valores e costumes que cada uma delas acreditam e que também se estende até todo o âmbito escolar, a qual “não deverá omitir-se diante das perguntas, das dúvidas e das manifestações da sexualidade ocorridas nas salas de aula, nos pátios e nos corredores das escolas” (BRASIL, 1998a; AQUINO e MARTELLI, 2012. p.1), isso nos fez reportar a dados de pesquisa coletados em uma escola municipal nesse estudo onde percebermos que 77,5% (62) dos estudantes possuem uma ótica menos fragmentada e mais emancipatória em se alertarem que tanto na família como na escola devem receber educação para o exercício da sexualidade (FELTRIN, GIL, 1996 apud JARDIM, BRÊTAS, 2006; SOUSA et al, 2007). Embora ainda seja notório que muitas famílias por questões históricas relacionada a sociedade ainda não se alertaram para discutir assuntos relacionados a Educação Sexual, onde o silêncio ainda prevalece “ocultando a sexualidade na educação de seus filhos” (BONFIM, 2012, p.63).

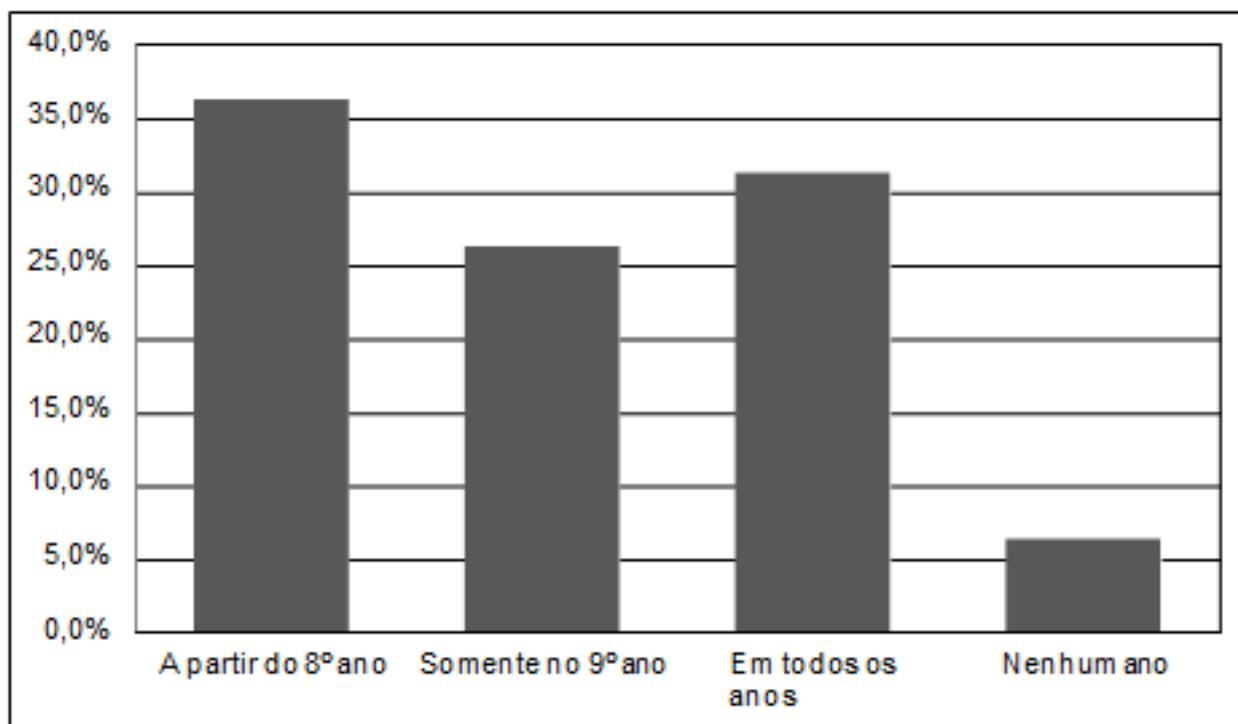
Adentrando no ambiente escolar deste estudo percebemos que é gritante a ausência de uma

Educação Sexual voltada para o desenvolvimento pessoal, sociocultural do estudante, onde se observou padrões de comportamento desprovido de “ação crítica, reflexiva e educativa” (BRASIL, 1998a, p.292) para a sexualidade com percentuais bastante expressivos em torno 32,5% (26) por terem recebido esta educação poucas vezes e para 36,3% (29) para os que nunca receberam. O que nos fez perceber que é uma clientela com necessidade de informação e formação mais minuciosa fundamentadas na moral e na ética para sua formação integral e seu bem-estar físico e mental (BONFIM, 2012). Alguns dos autores estudados referem também que esses déficits educacionais é fruto de uma passividade, acomodação, ausência da flexibilidade pedagógica docente para trabalhar a sexualidade que é inata ao ser humano em todas as fases da vida (BRASIL, 1998a; AQUINO; MARTELLI, 2012, BONFIM, 2012).

O gráfico 6.9 refere-se ao questionamento a estudantes para saber qual o ano (6º ao 9º) a oferta da Educação Sexual é indicada. Percebeu-se que mesmo com percentuais com poucas diferenças demonstradas no gráfico da população estudada, a necessidade para dar início a essas orientações educacionais nesses estudos foi para o 8º ano que correspondeu a 36,3% (29) seguido de 31,3% (25) para ser iniciada em todos os anos finais do ensino fundamental e que para Brasil (1998a), é sugestivo também a cerca da transversalidade que a partir do 6º ano seja disponibilizado espaços para reflexão e discussão na escola na realização deste trabalho.

De acordo com o autor supracitado poderão ser discutidas nesse espaço as relações de gênero relacionadas à sexualidade de acordo com a formação humana, os papéis sociais, culturais, políticos e econômica serem desenvolvidos no presente e no futuro por seus participantes, além de questões ligadas aos relacionamentos interpessoais e a outros temas como “aborto, virgindade, homossexualidade, pornografia, prostituição e outras” (BRASIL, 1998a, p.308). Que para Aquino e Martelli (2012, p.11) esse espaço tem o propósito de corroborar nos “questionamentos de preconceitos, de tabus e de aceções heteronormativas. E de possibilitar a todos conversas mais emancipatórias sobre suas dúvidas, vivências mais prazerosas com o outro e consigo mesmo”.

Gráfico 6.9 – Anos finais (6º ao 9º) indicado para oferecer Educação Sexual

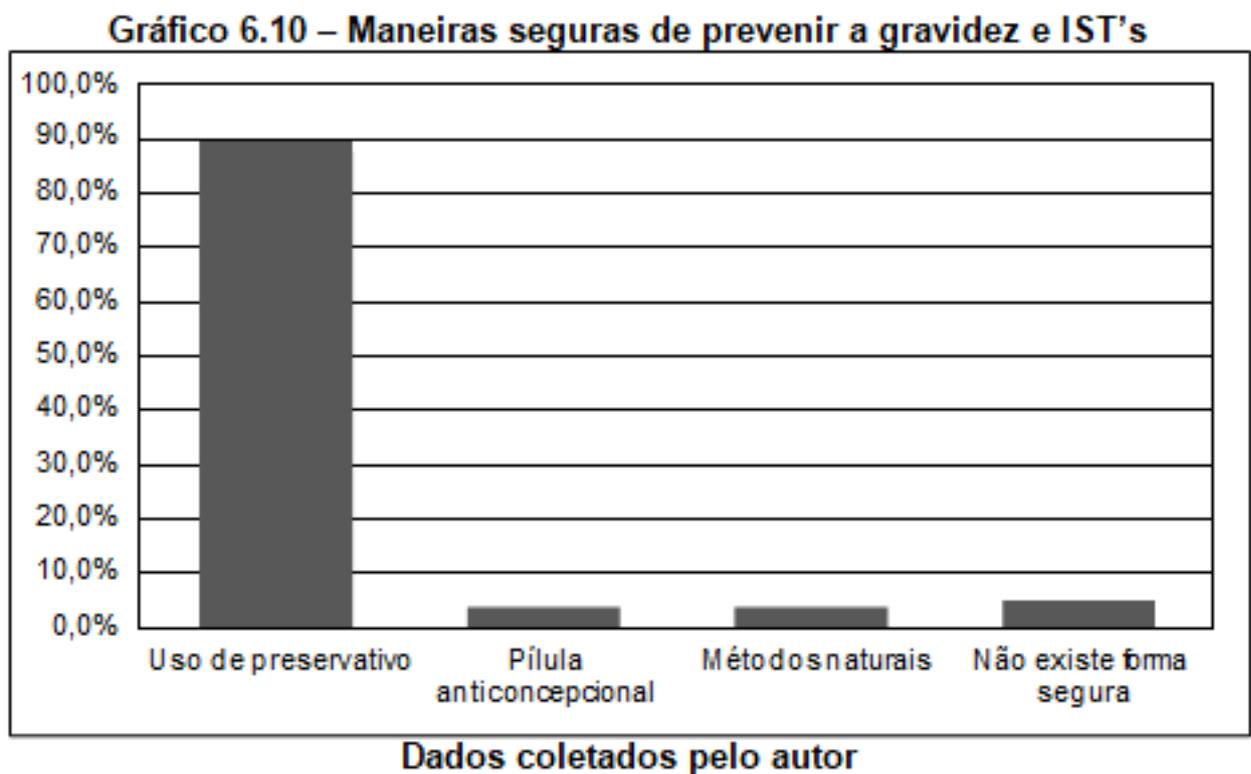


Fonte: Dados coletados pelo autor

Muitos estudantes relatam que não conseguem conversar com os pais sobre sua educação relacionado à sexualidade, devido ao discurso de seus genitores ser bastante repressor, muitos pais só impõe aquilo que acha certo e não procuram saber quais os verdadeiros motivos da ansiedade e dúvidas do adolescente; e por fim quando acham que estão dialogando só abordam questões preventivas, como uso de preservativos, métodos contraceptivos e a dimensão da sexualidade se mantém cada vez mais no silêncio (SANTOS; NOGUEIRA, 2009; FERNET et al 2015).

Nossos estudos não fogem a esta realidade, onde 36,3% (29) dos estudantes referiram que não conseguem conversar sobre assuntos relacionados a sexo e sexualidade pelos motivos acima relatados. Apenas 22,5% (18) conseguem conversar sobre esses assuntos. Uma realidade que para os autores supracitados, ainda requer bastante atenção e cuidados de acordo com uma Educação Sexual que cuida, estimula os relacionamentos interpessoais, a auto-estima, ajuda esclarecer dúvidas, estabelece limites e sobretudo proporciona confiança e desenvolvimento psicossocial.

Neste estudo percebeu-se que mais da metade dos estudantes questionados 87,5% (70), gráfico 6.10, optaram em suas respostas como maneira segura de prevenir a gravidez sem planejamento e IST's foi com o uso de preservativo, deixando uma forte impressão de que a importância da prevenção é notória. Agora, a prática ainda é algo que deve ser muito bem trabalhada por familiares e docentes para que estes adolescentes possam realmente refletir e questionar de forma racional de que necessitam ser informados e formados para prevenção e promoção de saúde (BRASIL, 1998a; RUFFINO et al, 2013).



Leitura de assunto que envolva a sexualidade em livros, revistas e internet são caminhos que ajudam na Educação Sexual dos filhos, onde 63,8% (51) dos pesquisados fazem uso desses recursos (BRASIL, 1998a). Agora a qualidade do que se está lendo é o que deve ser monitorado por pais e professores, onde o que muito se vê são cenas de erotismo e prazer divulgadas pelos referidos recursos de conhecimento acima, principalmente o da internet, que só levam à vulgarização do “sexo que po-

dem resultar na precocidade da iniciação sexual e de sentimentos intensos como desejo e paixão que podem deixar os adolescentes expostos a situações de vulnerabilidade”(BRASIL, 1998a; RUFINO et al, 2013, p.983).

Percebe-se também que esses recursos didáticos e também tecnológicos, contribuem para o desenvolvimento dos estudantes, levando-os a refletir, rever atitudes e valores socioculturais relacionado à saúde sexual e orienta para um bom desenvolvimento da sexualidade. Os fins para que se está usando esses recursos é quem vai nortear os objetivos a serem atingidos pedagogicamente para a aprendizagem e desenvolvimento sócio afetivo do estudante (BRASIL, 1998a; REIS; MAIA, 2012).

O uso desses materiais didáticos e tecnológicos quando bem direcionado contribuem de forma positiva para as aulas de Educação Sexual e saúde sexual do estudante, na diminuição da vulnerabilidade relacionada as IST's, na gravidez precoce e sem planejamento, ajuda na quebra de preconceitos, tabus, do silêncio, da mutação dos saberes (BOMFIM, 2012),e que para Queen (2013) direciona a ação pedagógica, vitalizando o ensino-aprendizagem em todas as áreas do saber.

Em grande parte das escolas ainda hoje se observa que a responsabilidade neste tipo de educação ainda recai sobre o docente que leciona a disciplina de Ciências, uma visão dicotomizada relacionada as outras áreas do conhecimento (QUIRINO, 2012). Um marco regulatório e sem sistematização metodológico em que 41% (33) dos estudantes questionados neste estudo responderam ser nessas aulas que se vivenciam esses assuntos ligados ao sexo e a sexualidade.

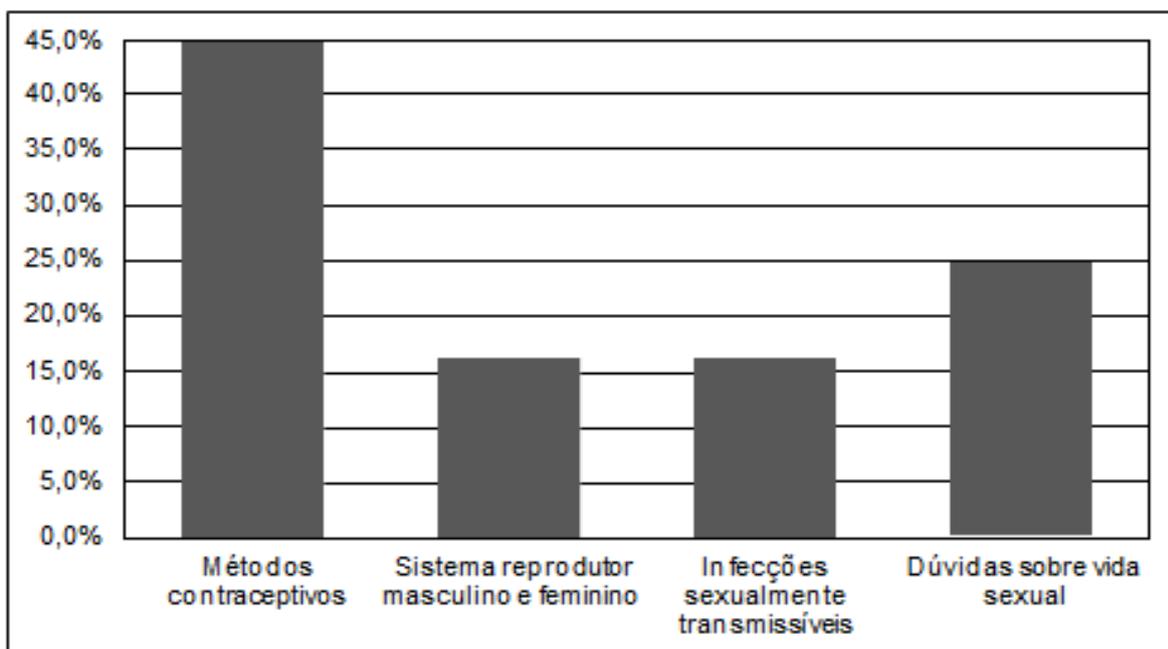
A partir do momento em que todas as disciplinas dão as mãos para esse trabalho, o estudante começa a observar essa realidade sobre a ótica da interdisciplinaridade (BRASIL, 2008) e que segundo os autores citados acima começará a fluir de forma emancipatória e sistematizada em prol do bem comum, libertando tanto o corpo discente e docente para uma educação a favor de um desenvolvimento verdadeiramente social e afetivo (BRASIL, 1998a; QUIRINO, 2012; QUEEN, 2013).

De acordo com o contexto acima temas importantes podem ser trabalhados em sala de aula numa visão interdisciplinar e transdisciplinar como os métodos contraceptivos, sistemas reprodutores humanos, IST's e muitas outras dúvidas sobre vida sexual. Dos questionados em estudo percebeu-se

que de todos os temas o que mais se destacou para ser trabalhado 42,5% (34), foi a abordagem dos métodos contraceptivos, gráfico 6.11, uma vez que estes tratam de prevenir as IST's, gravidez sem planejamento e precoce. Pois sabemos que mesmo com todos esses recursos preventivos de promoção à saúde, percebe-se que quanto mais jovens os adolescentes mais longe de usar métodos contraceptivos, talvez por falta de informação, por acharem que com eles não vai acontecer nenhuma contaminação das infecções pelo contato sexual com outrem, pelo descuido com o corpo, imaturidade, pais desinformados para orientar ou simplesmente acomodação e relaxamento pessoal (VIEIRA; SAES; DÓRIA; GOLDBERG, 2007; DIAS et al, 2000).

Santos e Nogueira (2000), também concordam com os autores supracitados e apresenta uma possível solução já adotada por alguns autores neste estudo (BRASIL, 1998a; AQUINO e MARTELLI, 2012), afirmando também que criar espaços na escola para debates, reflexão e ação entre professores, alunos, pais e profissionais de saúde contribui para que possam lutar contra a vulnerabilidade social acerca das IST's e da gravidez na adolescência de forma a construir novas perspectivas de vida relacionada ao bem social comum, afetivo e sexual formadora da integralidade humana.

Gráfico 6.11 – Temas importantes a serem trabalhados em sala de aula



Fonte: Dados coletados pelo autor

Outro tema abordado pela Educação Sexual que pode ser trabalhado na escola com os discentes é o entendimento sobre homossexualismo, onde 47,5% (38) responderam em nossas pesquisas, que é a união entre pessoas do mesmo sexo e os demais questionados não souberam responder, achando que é a união entre pessoas de sexos diferentes ou são pessoas que vivem sozinhas e até mesmo a resposta “não sei”. Esta é uma realidade que ainda está por vir a ser esclarecida para grande parte dos educandos por ser um tema que envolve muito preconceito, discriminação, a falta de valorização pelo outro, falta de respeito, questões éticas e morais (BRASIL, 1998a).

Desde a década de 80, que o homossexualismo foi reconhecido pela medicina e pela psicologia como um comportamento que não está associado a nenhum desvio de conduta e a nenhuma doença (SANTOS, 2012). A inclusão de temas como a homossexualidade na escola “dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar dos adolescentes na vivência de sua sexualidade” hoje e futuramente (BRASIL, 1998a.p. 293), proporcionando-lhe uma visão de mundo mais humanitária, “evidenciando a construção da autonomia, da inclusão, do respeito à diversidade, à igualdade e justiça social” (CARDOSO; BRITO, 2012. p. 105). De uma escola nova e atualizada que preza por “uma sociedade em que todos possam ter uma relação social e sexual pautada pela igualdade” (BONFIM, 2012.p. 35) e com qualidade (MULLER, 2013).

De acordo com todo esse contexto norteado pela Educação Sexual, percebe-se que além da participação de docentes e toda a gestão escolar com sua dimensão técnica, didática e vitalizadora na elaboração de seus projetos, seja levada também em consideração sugestões que o corpo discente tem relacionado a assuntos sobre esse tipo de educação (BRASIL, 1998a) e que antes de tudo o gestor escolar e toda a sua equipe devem trabalhar a serviço dos “processos pedagógicos e integrar-se neles” (FREITAS, 2007, p.17). Onde se percebeu que 37,5% (30) dos discentes responderam, nos questionários propostos, que a gestão escolar deveria apoiar e oferecer recursos materiais e equipamentos didáticos para que os professores pudessem planejar aulas sobre o tema em estudo, seguidos por 45% (36) dos que sugeriram que professores conversassem mais sobre assuntos relacionados a Educação Sexual, independente da disciplina que lecionam, enquanto que 17,5% (14) afirmaram que não neces-

sitava esse tipo de trabalho, haja vista os estudantes já eram informados.

O que nos levou a perceber que de acordo com os dados percentuais acima, uma programação deve ser criada na escola a cerca da subjetividade de ideias trazidas pelos estudantes para que a partir de uma metodologia coerente a luz da sexualidade, pautada em valores, possa-se trabalhar os anseios, as fantasias, preconceitos, mitos, tabus e as dúvidas relacionadas a temas associados à Educação Sexual de acordo com a realidade das turmas (ALTMANN, 2001; AQUINO; MARTELLI, 2012).

Segundo Brasil (1998a) “É o processo reflexivo do aluno que deve ser estimulado a todo o momento” (p. 334), para que se possa trabalhar uma educação de qualidade regida por princípios pedagógicos como o respeito, o diálogo e a tolerância garantindo segundo Hoffmann (1991), a mediação do conhecimento. Para Altmann (2001), Stearns (2010), Brasil (2011), Bonfim (2012), Severo (2013), assuntos associados à Educação Sexual geram dúvidas e polêmicas constantemente por todos que compõem a família e a escola em geral, principalmente pelos estudantes, as quais devem ser discutidas de forma inesgotáveis e como complementa Muller (2013. p. 132) “há muito o que se refletir, ampliar e vivenciar” relacionado ao estudo da Educação Sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A fundamentação teórica utilizada neste estudo associada aos questionamentos analisados referente a docentes e discentes na Escola Cônego Eugênio Vilanova, nos proporcionou uma ótica conclusiva de que uma verdadeira Educação Sexual inclusiva na sua prática pedagógica atual é de grande necessidade ser vivenciada. Os PCN's voltados para a Educação Sexual necessitam nortear a ação didática desse corpo docente em benefício de uma clientela cheia de dúvidas e incertezas com relação ao sexo e a sua sexualidade.

A sexualidade está presente em todos os momentos de nossas vidas, em todo o nosso ciclo vital. Na escola ela deve ser trabalhada com o objetivo de informar, orientar e formar o cidadão de acordo com parâmetros que norteiem a sua prática sexual e a sua sexualidade de forma emancipatória, justa e verdadeira. Pautada na ética, na moral e nos bons costumes em prol de uma perspectiva presente e futura, relacionada à promoção de saúde e prevenção de doenças biológicas, sociais e afetivas que venham ocorrer como reflexo de uma vivência pessoal cheia de incertezas, dúvidas, angústias, baixa autoestima, inquietações, desequilíbrio emocional, conflitos sociais, familiares, religioso, político e econômico.

A prática disciplinar é uma ação pedagógica que está cada vez mais enfadonha e ainda muito solidificada e bem difundida entre docentes das várias áreas do conhecimento, dificultando ser trabalhado assuntos relacionado a sexo e sexualidade no cotidiano desta instituição escolar em estudo. Pouco se percebe a integração entre as disciplinas no seu currículo. Mudança de hábito, da ação técnica e didática, de recursos e metodologia de ensino, é urgente, acerca do mundo globalizado em que os conhecimentos e os respectivos saberes estão em constante transformação.

Quando realizadas algumas práticas pedagógicas em sala de aula, relacionada à sexualidade, tem um sentido biológico e preventivo, uma vez que, é trabalhado assuntos voltados para questões anátomo-fisiológica dos sistemas reprodutores pelos docentes da disciplina de Ciências. Ao serem realizadas esporadicamente algumas palestras por agentes de saúde ou por enfermeiras, elas são de natureza preventiva. São importantes, mas ainda não está se vivenciando uma Educação Sexual voltada para uma sexualidade vinculada a sua dimensão social, cultural, política, econômica e afetiva.

Criar espaços de discussão para conversas entre docentes e estudantes e estudante com estudantes relacionadas a mitos, tabus e preconceitos, ajuda a diminuir dúvidas relacionadas a conteúdos ligados a sexo, sexualidade, relações de gênero, gravidez precoce e não planejada e sobre as IST's. Nestes termos ajuda a promover saúde e a prevenir doenças, aumenta a autoconfiança e a auto-estima, além de contribuir para a construção de valores estéticos, morais e políticos.

A família tem papel primordial na Educação Sexual de seus filhos, a qual muitas vezes se omite nessa formação, achando que essa função é dever da escola, onde os professores devem ser os principais responsáveis pela educação para a sexualidade dos estudantes. A co-participação dos familiares juntamente com a escola contribui para que o estudante se sinta mais seguro para discutir temas relacionado à Educação Sexual com seus familiares, ajudando assim no seu processo de desenvolvimento socioafetivo e para a sua formação integral humana.

A necessidade de cursos de formação continuada é de fundamental importância para suprir algumas dificuldades dos docentes ao trabalhar temas em sala de aula acerca de questionamentos dos estudantes relacionados a sexo e sexualidade humana. O esclarecimento das dúvidas e a obtenção de respostas acerca das investigações discentes é uma atividade necessária da escola, uma vez que, este é um ambiente onde o diálogo e a troca de informações é uma constante que contribui para a construção e mediação do conhecimento.

Estas e muitas outras são as dificuldades em trabalhar a Educação Sexual neste estabelecimento de ensino, onde professores com pouca qualificação por falta de informação e formação continuada ficam impossibilitados de desenvolver sua prática pedagógica voltada para esse tipo de educação e como reflexo deste despreparo o alvo principal a ser atingido são os discentes, que com todas as suas dificuldades em esclarecerem suas dúvidas muitas vezes permanecem no silêncio, haja vista, sexualidade também se desenvolve nas ínfimas repressões apáticas do cotidiano em que vivem estas pessoas.

Uma Educação Sexual emancipatória é antes de tudo uma educação pautada em valores, compartilha conhecimentos e liberta para que cada estudante possa refletir e fazer uso de suas in-

formações de acordo com aquilo que ele acredita a cerca dos valores construídos ou com os que ele possui. O ser humano é educado para se libertar, podendo ser mentor da sua mola propulsora criadora da felicidade individual e coletiva.

(...) a emancipação ou intervenção emancipatória só é possível no mundo de homens igualmente livres e emancipados, capazes de trocas gratificantes e significativas, de homens e mulheres que compreendem a dinamicidade do seu ser, e só se empenham e se reconhecemnos outros, na alteridade, na amplitude da vivência coletiva e ampliada (NUNES, 1996, p. 228 apud BONFIM, 2012, p. 30).

Nosso pensar e repensar relacionado à Educação Sexual na escola, motiva nossas emoções e sentimentos a luz da sexualidade, estimulando o estudante a discernir atitudes lógicas pautadas em ideais de vida ligados a valores éticos e morais de acordo com as relações interpessoais estabelecidas. Por esta razão com toda a sua magnitude, esta é um tipo de educação que estimula o debate e a reflexão, nos proporcionando um olhar diferenciado relacionado ao nosso ser e a nossa sexualidade, livre de preconceitos e tabus comprometida com uma qualidade de vida de excelência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALTMANN, H.. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-587, 2001.

ARAÚJO, T. W.; CALAZANS, Gabriela. Prevenção das DST/Aids em adolescentes e jovens: brochuras de referências para os profissionais de saúde. São Paulo: Secretaria da Saúde/Coordenação Estadual de DST/AIDS, 2007. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissionaldasau- de/homepage///cartilhas_para_prevencao_de_dstaids_em_jovens_.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2015.

ALMEIDA, Anecy de Fátima Faustino; HARDY, Ellen. Vulnerabilidade de gênero para paternidade em homens adolescentes. Revista Saúde Pública, v. 41, n.4, p. 565-572, 2007.

AQUINO, C; MARTELLI, A. C. Escola e educação sexual: uma relação necessária. IX ANPED-SUL. Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul. 2012. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Genero,_Sexualidade_e_Ed_ ucacao/Trabalho/12_40_16_1105-7444-1-PB.pdf>. Acesso em: 19/01/2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 07/11/2015.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 11. Ed. – Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2014. 337 p. – (Série legislação; n. 113). Disponível em: <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../estatuto_crianca_11ed.pdf?>. Acesso em 25/10/2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade, cultura e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais 5ª a 8ª séries. Temas transversais – orientação sexual. v. 10.5. 1998a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientação.pdf>>. Acesso em 26 dez. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais 5ª

a 8ª séries. Temas transversais – Pluralidade cultural. v. 10.2. 1998b. p.117. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientação.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica/Ministério da Educação. Passo a Passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendocaminhos da inter-setorialidade. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial, SEPIIR/PR; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, SPM/PR. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: MEC/SPM, 2009, p. 23. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015510.pdf>>. Acesso em 30/11/015.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.

BARDI, J.; CAMPOS, L. M. L.. Produção de materiais didáticos para temas de orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental. Licenciatura em Ciências Biológicas. Trabalho de conclusão de curso. UNESP. São Paulo, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2004/artigos/eixo10/producaodemateriaisdidaticos.pdf>>. Acesso em: 30/12/2015.

BRANDÃO, E. R.; HEILBORN, M. L.. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. Cad. Saúde Pública. v. 22, n. 7, p. 1421-1430. Jul. 2006.

BARROS, S. da C. de B.; QUADRADO, R. P.; RIBEIRO, P. R. C. Sexualidade no Currículo Escolar: Disciplinaridade ou Transversalidade? VII EMPEC – Encontro Nacional de Pesquisa em Educação e Ciências. Florianópolis. 2000. Disponível em: <<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiempec/pdfs/879.pdf>>. Acesso em: 08/09/2016.

BONFIM, Claudia. Desnudando a educação sexual. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como tema transversal. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Unicamp, 2010

CRUZEIRO, A. L. S. et al. Comportamento sexual de risco: fatores associados ao número de parcei-

ros sexuais e ao uso de preservativo em adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 15, Suppl. 1, p. 1149-1158. 2010.

CARDOSO, Alcina Maria de Sousa; BRITO, Marisa M. Farinelli Lima. *A educaçãoafetivo-sexual na infância e na adolescência: um diálogo entre educadores*. Belo Horizonte: Lê, 2012.

CONCEIÇÃO, I. S. C. Educação sexual: In: VITIELLO, Nelson et al. *Adolescência hoje*. São Paulo: Roca, 1988. p. 71-76.

DINIS, N.; LUZ, A. A.. Educação Sexual na perspectiva histórico-cultural. *Educar*. n. 30, p. 77-87. 2007.

DUARTE, V. A Educação Sexual e o Adolescente: Um novo olhar Frente ao Desafio. 2012. Trabalho de conclusão de curso em educação. Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/VANESSA%20DUARTE.pdf>>. Acesso em: 02/02/2016.

FIGUEIRÓ, M. N. D.Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. *Linhas*, v.7. n.1. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1323/1132>>. Acesso em: 17/01/2016.

FURLANI, Jimena. Mulheres só fazem amor com homens? A educação sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. *Pró-Posições*, v.9, n.2, supl. 56, maio/ago, 2008.

FAZENDA, I. A.. *Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa*. São Paulo: Papyrus, 1994.

FERRARI, A.; CASTRO, R. P. de. “Quem está preparado para isso?”... Reflexões sobre a formação docente para as homossexualidades. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa: PR; v. 8; n. 1, p. 259- 317; jan./jun. 2013.

FELTRIN, S; GIL, B. N. K.Educação sexual e contracepção de adolescentes das áreas rural e urbana: estudo comparativo. *Rev. Ciên. Saúde*, v. 15, n.1/2, p. 237-45, 1996.

FELIX, F. A.; NAVARRO, E. C. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS: NOVOS SABERES EDUCACIONAIS E A POSTURA DO PROFESSOR. *Revista EletrônicaInterdisciplinar*. v.2, n.2, 2009.

Disponível em:<www.univar.edu.br/revista/downloads/habilidades.pdf>. Acesso em: 28/02/2016.

FERNET, M. ; BOUCHER, P. K.; BLAIS, M; OTIS, J; PAPOINTE, N; SAMSON, J. Educação sexual em famílias afetadas pelo HIV. Revista oficial do núcleo de estudos da saúde do adolescente / UERJ. Vol. 12, nº 3 – jul/ set – 2015. Disponível em:<www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=527>. Acesso em: 20/01/2016.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FREITAS, O. Equipamentos e materiais didáticos. Profucionário. Curso Técnico de formação para os Funcionários de Educação. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 132p. Disponível em:<portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/equip_mat_dit.pdf>. Acesso em: 22/02/2016.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, A. M. A. N.; VIEIRA, M.J.; PALMEIRAS, J. A. Informações dos Adolescentes sobre Métodos Anticoncepcionais. Revista Latina-Americana de Enfermagem, v. 11, n. 3, p. 293-298, 2003.

GRUPO GESTOR ESTADUAL DO PROJETO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO RIO DE JANEIRO – GGE – RJ/SPE. Saúde e Prevenção nas Escolas, atitude para curtir a vida. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:<<http://spe-gge-rj.blogspot.com/2010/cronologia-de-acoes-sobre-educacao.html>> Acesso em: 27 dez. 2014.

HOFMANN, J. M. L.. Avaliação Mediadora: Uma Relação Dialógica na Construção do Conhecimento. Porto Alegre, 1991. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_22_p051-059_c.pdf>. Acesso em: 05/01/2016.

IANNI, S.”O príncipe eletrônico”. Perspectivas,Revista de Ciências Sociais, v. 2. São Paulo: Unesp. 1999.

JARDIM, D. P; BRÊTAS, J. R. S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP. Revista Brasileira de Enfermagem. vol. 59. n. 2. Brasília mar/abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672006000200007> Acesso em: 19/01/2016.

LIMA, K. E. C.; VASCONCELOS, S. D.; Análise da metodologia de ensino de Ciências nas escolas da rede municipal do Recife. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. vol. 14. nº 52. Rio de Janeiro jul/set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362006000300008> Acesso em: 05/01/2016.

LIMA, A. C. S.; AZEVEDO, C. B.; A Interdisciplinaridade e o Ensino de História: um Diálogo Possível. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 2, n. 3, jul./dez. 2013.

MAIA, A.C.B. Orientação sexual na escola. In: RIBEIRO, P.R.M. Sexualidade e educação: Aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004, p.153-179.

MOSÉ, V. A escola e os desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 336 p.

MOIZÉS, J. S.; BUENO, S. M. V.. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. Revista da escola de enfermagem da USP. Vol. 44, nº 1. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n1/a29v44n1.pdf>>.Acesso em: 30/12/2015.

MOITA L. L. P. Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado de letras, 2002.

MULLER, L. Educação sexual em 8 lições: com orientar da infância à adolescência: um guia para professores e pais. 1 ed. São Paulo: Academia do Livro, 2013.

MENESES, Marta. Educação sexual: hoje. 3ª ed.Olinda: Livro rápido, 2011. 144p.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. Sinopse do Professor da Educação Básica, em 2009. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Brasília: Inep, 2009.

MORIN, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. 2ª. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORAN, J.M. Gestão inovadora da escola com tecnologias. In: VIEIRA, A. (org.).Gestão educacional e tecnologia. São Paulo: Avercamp, 2003, p. 151-164.

OLIARI, F. A. S.; TENROLLER, R. M. T.; ROQUETTE, R. F. e NEZ, E. Refletindo sobre a identidade

de e a formação do professor da educação superior. Revista eletrônica online unisepe. Educação em foco. 5ª ed. mar. 2012. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2012/refletindo_sobre_identidade.pdf>. Acesso em: 14/01/2016.

OLIVEIRA, D. C.; GOMES, A. M. T.; PONTES, A. P. M.; SALGADO, L. P. P. Atitudes, sentimentos e imagens na representação social da sexualidade entre adolescentes. Revista de Enfermagem, v. 13, n. 4, p. 817-23, 2009.

POZO, J. I. Aprendices y maestros. Madrid; AlianzaPsicologia,2008.

PAIVA, V.; ARANHA, F.; BASTOS, F. Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005. Revista Saúde Pública, v. 42, suppl. 1, p. 54-64, 2008.

PEREIRA, G. R.; BAHIA, A. G. M. F. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios e construção de um ambiente de aprendizagem livre, plural e democrático. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 51-71, jan/abr. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602011000100005> Acesso em 11 de out. 2014.

QUIRINO, G. S.. Prática docente em sexualidade e educação sexual no espaço escolar. 1ª ed.. Curitiba: Appris, 2012.

QUEEN, M. Como a escola deve falar de sexo?. Educação sexual na escola – Educar paracrescer. Abril mídia. 2013. Disponível em:<educarparacrescer.abril.com.br/.../educacao-sexual-406667.shtml>. Acesso em: 22/01/2016.

RAMIRO, I; MATOS, M. G. Percepções de professores portugueses sobre educação sexual. Revista de Saúde Pública, v. 42, n. 4, p. 684-692, 2008.

REIS, G.V.; RIBEIRO, P.R.M. A orientação sexual na escola e os Parâmetros Curriculares Nacionais. In: RIBEIRO, P.R.M. Sexualidade e educação sexual: Apontamentos para uma reflexão. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002, p.81-96.

REIS, V. L; MAIA, A. C. B.. Educação Sexual na Escola com a Participação da Família e o uso de Novas Tecnologia da Educação: Um Levantamento Bibliográfico. Cadernos de Educação [FaE|PPGE|UFPEL. Pelotas [41]: 188-207, jan/fev/abr. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.>

edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/2099>. Acesso em: 03/01/2016.

RUFINO, C. B. et al. Educação sexual na prática pedagógica de professores da rede básica de ensino. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. 2013 Out/dez; 15 (4): 983- 991. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v15/n4/pdf/v15n4a16.pdf>. Acesso em: 05/01/2016.

SILVA, I.O.; SIQUEIRA, V.H.F.; ROCHA, G.W.F. Educação sexual e gravidez de adolescentes: significados construídos por docentes do curso de formação de professores em uma escola pública do Rio de Janeiro, Brasil. *Rev. Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, 2009. Disponível em: <http://www.saum.uvigo.es/reec/volumenes/volumen8/ART12_Vol8_N1.pdf>. Acesso em 29 dez. 2015.

STEARNS, Peter N. *História da sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2010.

SUPLICY, M. *Sexo para adolescentes: orientação para educadores*. São Paulo: FTD, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu “Sociologia da Educação e Pedagogia Crítica em Tempos Pós-Modernos”. In: COSTA, M. V.(org.) *Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993

SEVERO, Rafael Adriano de Oliveira. *Gênero e Sexualidade: Grupos de Discussão como Possibilidade Formativa*. São Paulo: Paco Editorial: 2013.

SANTOS, I. A. dos; RUBIO, J. A. de A. S.. A Orientação Sexual nos anos iniciais de Ensino Fundamental: Possibilidades e Desafios. *Revista Eletrônica: Saberes da Educação*; vol.4, nº1, 2013. Disponível em: <<http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Inaia.pdf>>. Acesso em: 12/01/2016.

SANTOS, V. dos. Homossexualismo no ambiente escolar. *Revista Eletrônica: LENPES – PIBID de Ciências Sociais – UEL*; Edição nº. 2; vol. 1; jul-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/lenpespibid/pages/arquivos/2%20Edicao/VANESSA%20SANTOS%20-%20ORIENT.%20CESAR.pdf>>. Acesso em: 12/01/2016.

SANTOS, C. A. C; NOGUEIRA, K. T. Gravidez na adolescência: falta de informação?. *Revista oficial do núcleo de estudos da saúde do adolescente / UERJ*. Vol.6. n.1. Jan/mar. 2009. Disponível em:

<http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=42>. Acesso em: 20/01/2016.

SANTOS, D. B. C.; ARAÚJO, D. C.. Sexualidade e Gêneros: questões introdutórias. In: Caderno temático sobre Sexualidade. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual.– Curitiba: SEED – PR, 2009. 216 p. Disponível em:<www.pibid.ufpr.br/pibid_new/uploads/edfisica2011/.../caderno_ngds.pdf>. Acesso em: 22/12/2015.

SOUSA, L. B., FERNANDES, J. F. P., BARROSO, M. G. T. Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. Acta Paulista de Enfermagem, v. 19, n. 4, p. 408-413, 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ape/v19n4/v19n4a07.pdf>>. Acesso em 19/01/2016.

TRINDADE, E.; BRUNS, M. A. T. Adolescentes e paternidade, um estudo fenomenológico. Ribeirão Preto: Holos, 1999.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VILELA, M. H.. Sexualidade na Educação. Direto ao Ponto. As principais dúvidas sobre Educação Sexual. Blogs de Nova Escola, 18/12/2014. Revista Nova Escola. Fundação Victor Civita. Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br/blogs/educacao-sexual/>>. Acesso em: 02/02/2016.

VIANNA, Cláudia; RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, Júlio Groppa.(Org.) Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. 3 ed. São Paulo: Summus, 1998. 93-106 p.

VALLE, L. E. L. R.; MATTOS, M. J. V. M. (org.).Adolescência: as contradições da idade. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

VIEIRA, L. M; SAES, S. O.; DÓRIA, A. A. B.; GOLDBERG, T. B. L.; Reflexões sobre a anticoncepção na adolescência no Brasil. Rev. Bras. Matern. Infant. Recife. vol.6, n.1, p.135-140, jan/mar. 2006. Disponível em: <<http://redece.org/reflexoes.pdf>>. Acesso em: 22/01/2016.

VITIELLO, N. Reprodução e Sexualidade: um manual para educadores. São Paulo: CEICH, 1994.

VITIELLO, N. Sexualidade- quem educa o educador – um manual para jovens pais e educadores. São Paulo: IGLU, 1997.

VILELA, W. V. “Num país tropical, do sexo que se faz ao sexo do qual se fala”. In: GALVÃO, L. e DIAS, J. (orgs). Saúde sexual e reprodutiva no Brasil: Dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, p. 310-323

Anexo



Nome: _____ Idade anos

Sexo: masculino feminino

Formação: Graduação Especialização Mestrado Doutorado

Tempo de docência: até 5 anos 5 a 10 anos 10 a 15 anos

mais de 15 anos Disciplina que leciona:

Língua Portuguesa Ciências História Educação Física Arte

Matemática Geografia

QUESTIONÁRIO PARA DOCENTES

1) Professor, quais são as dificuldades de trabalhar a Educação Sexual na escola em que trabalha?

a gestão pouco democrática.

b currículo fragmentado.

c material didático insuficiente.

d insegurança.

e dúvidas sobre o tema.

2) Por que é importante trabalhar a Educação Sexual na escola?

a desconstrói tabus, preconceitos, contribui para minimizar diferenças entre gêneros e educa.

b estimula o desenvolvimento das competências e habilidades pedagógicas do docente.

c respeita a diversidade de valores, crenças e comportamentos referente a sexualidade.

d contribui para a construção do ensino e aprendizagem em qualquer área do conhecimento.

e não contribui para melhor qualidade de vidas dos estudantes.

3) Onde o estudante adolescente deve receber Educação Sexual?

- a () na escola.
- b () nem na família ou na escola, mas entre os colegas de rua.
- c () na família e na escola.
- d () apenas com sua família.

4) O que você, professor, entende por sexualidade humana?

- a () é uma forma de se expressar e agir no meio em que se vive.
- b () um comportamento que envolve o corpo físico e o emocional.
- c () é exclusivo aos heterossexuais.
- d () independe da opção sexual.
- e () só ocorre em uma época da vida.

5) Professor, você já desenvolveu alguma atividade em sua escola referente à Educação Sexual ? Quais?

- a () sim, aula expositiva, vídeos, teatro.
- b () sim, debates, textos.
- c () sim, palestras.
- d () as vezes, depende da turma.
- e () não, não é minha disciplina.

6) Em qual(is) anos finais do ensino fundamental deve ser mais evidenciada a Educação Sexual?

- a () no 6º ano.
- b () no 7º ano.
- c () a partir do 8º e 9º anos.
- d () em todos os anos finais.

7) Qual foi o período que recebeu curso de formação sobre Educação Sexual?

- a () graduação.
- b () especialização.
- c () formação continuada.
- d () cursos
- e () nunca participei.

8) Você já realizou alguma leitura sobre temas relacionados à Educação Sexual ?

- a () revistas.
- b () internet.
- c () livros e artigos.
- d () em todos anteriores.
- e () não.

9) Vale a pena se dedicou ao estudo dos Parâmetros Curriculares (PCN's)?

- a () vale apenas por trabalhar diversos temas associados a sexualidade.
- b () vale a pena, pois possibilita uma visão interdisciplinar.
- c () vale a pena, mas só usei temas da minha área de ensino.
- d () esporadicamente.
- e () não vale a pena.

10) Qual a sua percepção de docente relacionada à homossexualidade?

- a () escolha própria do ser humano.
- b () patologia psíquica.
- c () predisposição genética.
- d () não sabe.

11) Professor, qual é a ótica da família como mentora da Educação Sexual do filho ?

- a () muito tímida.
- b () reprimida e apática.
- c () a educação do filho é de acordo com os valores que acreditam.
- d () relacionamento sem diálogo.
- e () poucos pais participam da educação do filho.

12) Qual a contribuição das tecnologias para a Educação Sexual?

- a () não contribui. Estimula o sexo sem afeto.
- b () não contribui. O sexo é tratado de maneira vulgar.
- c () as pessoas confundem liberdade com libertinagem sexual.
- d () a mídia deveria informar e formar melhor.
- e () contribui dando discernimento de escolha.

13) Professor(a) você já foi questionado(a) sobre a ausência sua de aulas relacionadas a sexo e sexualidade?

- a () existe o questionamento e direciono o estudante para o professor da matéria.
- b () sou questionado, mas por não ter um preparo científico, não consigo dar respostas esclarecedoras.
- c () quando questionado, respondo sem influenciar com meus valores pessoais.
- d () desvio o rumo da conversa quando os alunos estão falando sobre o assunto. e () não sou questionado.

14) Caro professor(a) dentre as iniciativas abaixo para ser trabalhada na Educação Sexual, qual você considera primordial para o início deste trabalho?

- a () incluir o trabalho de Educação Sexual em projeto educativo.
- b () a escola estabelecer princípios pedagógicos: relação entre conteúdo e aprendizagem.
- c () criar momentos de reflexão e debate na comunidade escolar.

d () fundamentar-se em documentos para discussões sobre sexualidade.

e () estabelecer limites referente a sexualidade.

Idade:

Escolaridade: () 6º ano () 7º ano () 8º ano () 9º ano () EJA III() EJA IV

Sexo : Masculino () Feminino ()

Local em que reside: () Sítio () Cidade

QUESTIONÁRIO PARA DISCENTES

1) Qual o local que deve receber Educação Sexual?

a () na família e na escola.

b () só na escola.

c () só na família.

d () na rua com os colegas.

2) Você recebe Educação Sexual na escola que estuda ?

a () muitas vezes.

b () poucas vezes.

c () uma vez.

d () nenhuma vez.

3) Qual dos anos finais na escola é indicado para oferecer Educação Sexual?

a () a partir do 8º ano.

b () somente no 9º ano.

c () em todos os anos, do 6º ao 9º ano.

d () nenhum ano.

4) Você conversa com seus pais e familiares sobre sexo e sexualidade?

a () sim, converso com meus pais e familiares em qualquer momento.

b () sim, converso com os meus pais e familiares só quando preciso.

c () não consigo conversar com meus pais e familiares sobre Educação Sexual.

d () só consigo conversar com irmão(ã), tio(a), primo(a).

5) Qual é a forma mais segura para evitar uma gravidez na sua idade e as infecções sexualmente transmissíveis (IST's).

a () usar preservativo (camisinha).

b () tomar a pílula anticoncepcional.

c () usando métodos naturais como tirar o pênis da vagina quando for gozar.

d () não existe uma forma segura.

6) Seus professores já deram aulas sobre temas relacionados a Educação Sexual, como sexualidade, gravidez na adolescência, preconceitos, virgindade, homossexualidade, uso de preservativo (camisinha), diferenças sexuais entre homens e mulheres?

a () sim, nas aulas de ciências.

b () sim, em qualquer matéria: português, arte, história, geografia, matemática, educação física.

c () os professores conversam pouco desses assuntos.

d () nunca.

7) Você já fez leituras sobre sexualidade?

a () em revistas e livros.

b () na internet.

c () em revistas, livros e na internet.

d () não li sobre o assunto.

8) O que você entende sobre homossexualismo?

- a () é a união entre pessoas do mesmo sexo que se gostam.
- b () é a união de pessoas de sexo diferentes.
- c () são pessoas que vivem sozinhas.
- d () não sei.

9) Dentre os temas citados, qual o que você considera mais importante para ser trabalhado em sala de aula?

- a () métodos contraceptivos como: uso de camisinha, uso da pílula para não engravidar.
- b () sistema reprodutor masculino e feminino.
- c () infecções sexualmente transmissíveis (IST's) como por exemplo a AIDS/HIV.
- d () dúvidas sobre vida sexual.

10) O que a escola que você estuda deveria fazer para trabalhar melhor assuntos sobre Educação Sexual?

- a () a gestão escolar oferecer recursos materiais e equipamentos didáticos para os professores planejarem suas aulas sobre Educação Sexual.
- b () sugerir aos professores conversar mais sobre o assunto independente da disciplina.
- c () trabalhar projetos educacionais sobre esse tipo de assunto.
- d () não necessita fazer esse tipo de trabalho na escola, os estudantes já são informados.

Política e Escopo da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo contínuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).

O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigo se dá inicialmente na submissão de artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, com o objetivo de viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a publicação de uma obra completa referente a monografias, dissertações ou teses de doutorado.

O público terá acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Índice Remissivo



A

Aula

página 38

página 40

página 42

página 62

E

Educação

página 43

página 50

página 51

página 66

P

Professor

página 16

página 25

página 46

página 60

S

Saúde

página 20

página 24

página 34

página 39

Sexo

página 45

página 48

página 54

página 65

Esse novo ebook produzido pelo pesquisador José Barbosa de Sousa Junior coloca em cena a necessidade de se refletir sobre as dificuldades na educação sexual no ambiente escolar, bem como a importância desse tema ganhar destaque no cenário educativo, assim como a participação da família nesse processo de construção da educação sexual.